a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine

N.º 55 — outono de 2017

Novo grupo interinstitucional sobre linguagem inclusiva

Helena Soares
Secretariado-Geral — Conselho da União Europeia

Foi recentemente criado um grupo de trabalho interinstitucional de língua portuguesa sobre linguagem inclusiva, no seguimento de uma proposta feita pelos participantes do Conselho no último encontro interinstitucional dos serviços de tradução de língua portuguesa. O objetivo do grupo, que já realizou duas reuniões, é procurar promover a coerência nesta matéria entre as várias instituições da UE, na sequência de diversas iniciativas recentes: por exemplo, o Parlamento Europeu está a atualizar a sua brochura de 2008(1) sobre o tema e foram este ano publicadas orientações sobre comunicação inclusiva no Secretariado-Geral do Conselho(2).

Linguagem inclusiva: porquê?

Muitas pessoas consideram que há outros temas mais importantes (com certeza!), que não é a linguagem que vai fazer mudar a realidade (não, embora possa fazer pensar sobre ela) ou que isto não passa de uma operação «politicamente correta» (também, mas não exclusivamente). Outras consideram que se trata de uma mera questão gramatical. Só que a gramática é reflexo da realidade, como fica demonstrado pela decisão da Academia Francesa, no século XVII, de abandonar o critério da proximidade, optando sempre pela concordância com o masculino (mesmo em relação a um grupo com um homem e 99 mulheres). Passou, a partir de então, a estar errada a frase: *les hommes et les femmes sont belles*. Esta decisão foi justificada pelo «caráter nobre» do género masculino e posteriormente explicada da seguinte forma: *le genre masculin est réputé plus noble que le féminin à cause de la supériorité du mâle sur la femelle*(3). Felizmente, já não estamos no século XVII. Mas, infelizmente, ainda usamos uma linguagem que o reflete.

Hoje, é importante utilizar uma linguagem inclusiva por razões políticas, cognitivas e linguísticas. Do ponto de vista político, a linguagem inclusiva é relevante para assegurar a coerência entre os valores da UE (como a igualdade e a não discriminação, princípios consagrados nos Tratados) e as mensagens

que esta veicula. São incongruentes frases como a seguinte (a versão portuguesa não apresenta o problema mas a inglesa ilustra bem o tipo de contradição a evitar):

> *In the European Union, we are turning our common ideals into reality: for us, the individual is paramount. His dignity is inviolable. His rights are inalienable. Women and men enjoy equal rights.*[4]

Para além do aspeto de coerência política, a utilização de uma linguagem inclusiva é ainda mais relevante por uma questão de respeito pela igualdade e pela diversidade, ou seja, pelas próprias pessoas (e se considerar que esta parte não lhe diz respeito, talvez precise de reconsiderar…). Serve para evitar que os textos da UE possam ser vistos como discriminatórios (por exemplo, tornando invisível mais de metade da população: as mulheres) ou contribuam para a perpetuação de estereótipos. Trata-se, ainda, de uma questão de acompanhar a evolução social e as mudanças linguísticas em curso. É de referir que, em Portugal, já existem atos legislativos escritos neste tipo de linguagem — que recorrem, inclusivamente, à especificação do género («o/a»).

Em termos cognitivos, vários estudos demonstram que, se nos ensinam que o masculino genérico abrange também as mulheres, do ponto de vista cognitivo, na realidade, nunca assimilamos completamente essa regra[5]. Trata-se, efetivamente, de um falso neutro[6]. Por uma questão de hábito, não nos incomoda (incomoda só algumas pessoas). Mas poder-se-á dizer que o masculino genérico é tão neutro como o sufrágio universal era universal antes de as mulheres poderem votar...

Na perspetiva linguística, esta questão tem impacto na qualidade da tradução, uma vez que grande parte dos originais (hoje redigidos principalmente em inglês) são escritos em linguagem neutra. Por fim, é uma questão de respeito pelas recomendações existentes, a nível europeu e nacional. O *Código de Redação Interinstitucional* tem uma secção sobre linguagem neutra na versão inglesa[7] — e, se tal secção (ainda) não foi elaborada na versão portuguesa, o espírito e os princípios gerais do código deveriam, idealmente, ser semelhantes nas várias línguas. Em Portugal, existem também várias recomendações para que se utilize uma linguagem inclusiva, nomeadamente as Resoluções do Conselho de Ministros que aprovam o Regimento do Conselho de Ministros e publicam as regras de legística[8] ou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2008[9], que recomenda o seguinte:

> Desenvolver práticas não discriminatórias da linguagem, tais como:
> a) A referência explícita aos dois sexos, o que implica o uso de formas masculinas para designar os homens e o uso de formas femininas para as mulheres;
> b) A neutralização ou abstração da referência sexual, recorrendo a uma mesma forma neutra para designar ambos os sexos.

E se estes argumentos não convencem toda a gente, convém salientar que, independentemente das nossas opiniões individuais, enquanto pessoal dos serviços de tradução das instituições da UE, temos a obrigação de respeitar os seus valores e as suas recomendações. A questão não é bem «se» mas «como»: de que forma podemos tornar os textos mais inclusivos, sem os tornar intragáveis?

Linguagem inclusiva: como?

Se é mais fácil tornar a linguagem neutra em inglês, a nossa língua também não é a mais problemática. Basta referir que em França e em Itália os cargos ainda são usados quase sempre no masculino, o que acaba por gerar incoerências. Nos nossos textos, Federica Mogherini tanto é um *alto* como (mais raramente) uma *alta representante*. Em português, já não temos problemas destes (usamos o feminino quando nos referimos à titular do cargo).

Para escrever de forma inclusiva, não é necessário reinventar a roda. Existem várias recomendações sobre linguagem inclusiva em português, nomeadamente nos atos legislativos acima referidos ou em manuais mais detalhados[10]. Na prática, há dois tipos de estratégias para tornar a linguagem sensível à questão do género: a neutralização ou abstração e a especificação do sexo.

Para proceder à neutralização ou abstração, podemos recorrer à substituição por termos neutros (ex.: *as pessoas interessadas* em vez de *os interessados* ou *catástrofes de origem humana*[11] em vez de *catástrofes provocadas pelo homem*), à substituição de nomes por pronomes invariáveis se a frase o permitir (ex.: *quem participa* em vez de *os participantes*) e a soluções alternativas como uma estrutura gramatical diferente (utilizando, em vez de *o candidato deve enviar o formulário de candidatura até…*, a passiva ou o imperativo, respetivamente*: o formulário de candidatura deve ser enviado até…* ou *envie o seu formulário de candidatura até…*).

A especificação pode traduzir-se na utilização de formas duplas (*os ministros e as ministras*) ou de barras (*o/a candidato/a*). Trata-se, contudo, de uma solução mais controversa, pois torna o texto mais longo e menos elegante (pelo menos, na forma — no conteúdo, será até mais elegante por ser inclusivo). Por isso, é preferível utilizar outras soluções sempre que possível. Mas nem sempre é possível. E se o objetivo é produzir textos realmente inclusivos, talvez seja necessário recorrer à especificação, em certos casos (repito, o menos possível). Quando, de que forma e em que tipo de textos? Que soluções queremos ou não utilizar? São questões sobre as quais devemos refletir em conjunto, nomeadamente no contexto deste novo grupo interinstitucional.

Para além do género, existem outros aspetos da linguagem inclusiva que estão relacionados com a discriminação e as minorias. Nesta matéria, muitas das evoluções necessárias foram já efetuadas. Na prática, a tónica deve ser colocada, de preferência, na pessoa e não numa das suas características — característica essa que poderá desencadear o risco de discriminação (deficiência, etnia, orientação sexual, etc.). Assim, é preferível optar por *pessoa com deficiência*, em vez de *deficiente*. Por vezes, os termos inclusivos não se limitam a ser «politicamente corretos»: são também mais precisos. Pois, por exemplo, nem todas as pessoas com deficiência visual são totalmente cegas.

Porém, na questão do «politicamente correto» convém não exagerar e, sobretudo, é necessário contextualizar. Por exemplo, a palavra *cigano*, em Portugal, não tem carga pejorativa. Aliás, existem várias associações de ciganos que utilizam com orgulho este termo. Portanto, não é necessário substituí-lo por *rom*. Além disso, o termo *rom* designa um subgrupo da população cigana e é, portanto, mais restritivo.

É preciso também alguma prudência na tradução de determinados conceitos. A expressão *gender equality* é, às vezes, traduzida por *igualdade entre homens e mulheres*, por esta ser considerada como mais idiomática. Tal não é problemático se, de facto, o que está em causa é apenas isso, como é o caso no contexto da igualdade salarial. Em contrapartida, no contexto das políticas de igualdade, é preferível utilizar o termo *igualdade de género* pois este é mais lato, abrangendo também as questões relativas às pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transgénero e intersexo (LGBTI). Já o termo *emancipação das mulheres* está um pouco associado ao passado, sendo e*mpoderamento* a palavra hoje usada nos documentos oficiais no domínio da igualdade.

Por fim, é de salientar que qualquer recomendação em prol de uma linguagem inclusiva deve ser avaliada em função de cada caso específico. As sugestões de caráter geral não poderão aplicar-se indiferentemente a todos os contextos[12]. Por outro lado, é especialmente relevante utilizar a linguagem inclusiva em documentos sobre igualdade de género, não discriminação, minorias ou direitos humanos, a fim de evitar uma incoerência entre a mensagem e a linguagem.

Caros/as leitores/as, talvez não tenham, até aqui, reparado que este texto foi escrito em linguagem inclusiva. De facto, muitos dos nossos textos não requereriam grandes adaptações. E mesmo sem ser necessário recorrer a soluções gráficas mais arrojadas, que porventura descaracterizem a língua, é possível escrever textos cuja mensagem se dirija verdadeiramente a tod@s... peço desculpa, todxs — e, já agora, à francesa: todo·a·s[13] — (estava a brincar!)… a todas as pessoas. Porque as palavras não são inócuas. Têm poder: nomeadamente o de discriminar ou de incluir.

Helena.Soares@consilium.europa.eu

(1) Documento interno do Parlamento Europeu.
(2) Documento interno do Conselho.
(3) Haut Conseil à l'égalité entre les femmes et les hommes, *Guide pratique pour une communication publique sans stéréotype de sexe*, 2015, p. 13, http://www.haut-conseil-egalite.gouv.fr/IMG/pdf/hcefh__guide_pratique_com_sans_stereo-_vf-_2015_11_05.pdf.
(4) Declaração por ocasião do 50.º aniversário da assinatura dos Tratados de Roma, 2007, versão inglesa http://europa.eu/50/docs/berlin_declaration_en.pdf e versão portuguesa http://europa.eu/50/docs/berlin_declaration_pt.pdf.
(5) Numa experiência realizada na Alemanha, pediram a um grupo de pessoas para nomear escritores famosos, pedindo a um segundo grupo para nomear escritores e escritoras famosas. Os resultados mostram que o segundo grupo nomeou significativamente mais escritoras, com uma diferença na ordem dos 30%.
Stahlber, D., Sczesny, S., «Effekte des generischen Maskulinums und alternativer Sprachformen auf den gedanklichen Einbezug von Frauen», *Psychologische Rundschau*, vol. 52, n.º 3, 2001, https://www.fh-muenster.de/gleichstellung/downloads/Generisches_Maskulinum_Stahlberg.pdf.
(6) Barreno, M. I., *O Falso Neutro: um estudo sobre a discriminação sexual no ensino*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.
(7) *Interinstitutional Style Guide*, 10.6. Gender-neutral language, http://publications.europa.eu/code/en/en-4100600en.htm.
(8) Resoluções do Conselho de Ministros n.º 64/2006, https://dre.pt/application/conteudo/633527, n.º 198/2008 https://dre.pt/application/conteudo/444216, n.º 77/2010, https://dre.pt/application/conteudo/342800, nº 90-B/2015, https://dre.pt/application/conteudo/70961384.
(9) Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2008, que adota medidas de promoção da transversalidade da perspetiva de género na administração central do Estado e aprova o estatuto das conselheiras e dos conselheiros para a igualdade, bem como dos membros das equipas interdepartamentais para a igualdade, *Diário da República*, I Série, n.º 205, de 22 de outubro de 2008, https://dre.pt/application/conteudo/438443.
(10) Abranches, G., *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, 2009, https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-Linguagem.pdf.
(11) Termo consagrado nos Tratados (TUE, TFUE).
(12) Por exemplo, de acordo com a regra da abstração poder-se-ia substituir «Presidente» por «Presidência». Contudo, no contexto específico do Conselho da UE, estes dois termos não são equivalentes.
(13) Em francês utiliza-se o ponto mediano que pode ser inserido num texto com a combinação da tecla ALT e dos números 0183 no teclado numérico.

Across the wind

Luís Filipe PL Sabino
Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

Considerações *à vol d'oiseau* por aqui e por ali:

A) Regulamento de Execução (UE) 2017/332 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2017, que aprova uma alteração não menor do caderno de especificações de uma denominação inscrita no registo das denominações de origem protegidas e das indicações geográficas protegidas [Pistacchio Verde di Bronte (DOP)][1]

Observação em movimento *lesto ma non troppo*:
Esta «não menor» (sublinhada) não é uma grande criação. É certo que ela traduz/reproduz o que figura em outras versões linguísticas e está definida em regulamento anterior. Mas nesse regulamento talvez uma solução como «significativa» — para «não menor» ou «que não sejam menores» — fosse aconselhável. Ou não. Mas, cá para mim, desgosto de «não menor». Arrepia-me como noite de codo sem o abrigo adequado. Isto de se seguir à «letra» o original traducendo, embora assegure um conforto pleno de Graça ao tradutor e arrume algumas discussões estéreis, não é por vezes a ideia mais feliz, porquanto torna o texto em PT «estranho» com uma estranheza que se entranha paulatinamente e pode dar aso a noites insones em almas sensíveis. Bom, mas claro que lá estarão os militantes de Asclépio para trazer alguma quietação, e louvados sejam eles[2].

B) Resolução da Assembleia da República n.º 217/2017, que aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Côte d'Ivoire sobre Serviços Aéreos, assinado em Lisboa, a 22 de junho de 2016(3)

Lê-se no artigo 3.º, n.º 2 a) i):

a) No caso de uma empresa de transporte aéreo designada pela República Portuguesa:
i) Esta se encontre estabelecida no território da República Portuguesa, nos termos dos Tratados da UE e disponha de uma Licença de Exploração válida em conformidade com o direito da União Europeia; e (…)

Observação:
Lá vem outra vez o verbo «encontrar» em prejuízo do verbo «estar», que os teimosos tradutores insistem em atirar para a *poubelle*(4) da História. Ou então sobrepuseram-lhe (ao «estar») um cendal de desmemória ou de abandono que criará, com o curso do tempo, uma tradição que ninguém ousará arredar. Outro problema para almas sensíveis e titubeantes e cacimbadas.

Porque não redigir assim?: *Esta esteja estabelecida* (…)

No mesmo preceito, lê-se ainda:

2 — Uma vez recebida uma designação feita por uma das Partes,
3 — Quando a empresa de transporte aéreo tenha sido deste modo designada e autorizada, pode dar início, a qualquer momento, à exploração dos serviços acordados, sob reserva de respeitar as disposições do presente Acordo.

Observações:
Quanto ao n.º 2: dispensável esta de «uma vez recebida»; deixem-se de complicar e ponham simplesmente o particípio passado (estilo «Simplesmente Maria») — «Recebida (…)» (*v.* infra **G**).

Quanto ao n.º 3: de novo se posterga o verbo «haver» por cuja sobrevivência tenho pelejado ao longo dos tempos; mas o pessoal por aí, ingrato, tem a isto dado umas pantufadas, ficando para tias alguns verbos de respeito: mas é preciso ter lata!
Podiam pôr assim: *Quando a empresa de transporte aéreo haja sido* (…).
E mais adiante, afirma-se: *sob reserva de respeitar as disposições do presente Acordo* (…).
Também não há que complicar: *salvo o disposto no presente Acordo* (…) serve perfeitamente e é mais bonito e mais limpo estilo face glabra.

No artigo 13.º, n.º 7:

7 — Qualquer ação empreendida por uma Parte de acordo com os n.os 2 e 6 deste artigo, deverá ser interrompida assim que o fundamento para essa ação deixe de existir.

Observação:
Nada de criar atrapalhações, pelo que, *v.g.*, se preconiza vicariantemente, embora alguém venha dizer que é uma sugestão assim pró alambicado (mas, enfim, aqui estou disposto a dar a mão à palmatória):

7 — Qualquer ação de uma Parte de acordo com os n.os 2 e 6 deste artigo deverá ser interrompida logo que precludido o fundamento da mesma.

C) ***It's not so easy writing about nothing*** — Patti Smith(5)

D) Lei n.º 100/2017, que altera o Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 6/2013, de 17 de janeiro(6)

Artigo 9.º
Consideram-se reportadas ao diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira, relativamente aos grandes contribuintes, as competências que os códigos tributários e demais legislação não aduaneira remetam, expressa ou implicitamente, para os chefes de finanças, para os diretores de finanças e para o diretor dos Serviços de Inspeção Tributária, designadamente, as remetidas nos diplomas legais seguintes:

Observação:
Parece haver aqui um uso indevido do verbo «reportar» pois que reportar/informar não está aqui em causa. Antes se deveria ter escrito: *Consideram-se atribuídas ao diretor* (…).

Por vezes quer inovar-se, tornar variada a linguagem de textos legais…mas há que fazê-lo com escarmento. Não se deve atravessar o Rubicão à papo-seco e prá frente que se faz tarde. Caso contrário, andamos às voltas com um convolvo verbal que se arrasta pelos corredores dos ministérios.

Aliás, com o sentido de informar o verbo reportar é utilizado corretamente em outros domínios.

Assim, na página do Ministério da Justiça português podia ler-se no dia 2 de maio de 2016[7]:

Tribunais Têm Nova Ferramenta de Gestão para Reportar Pequenos Problemas nos Edifícios e Equipamentos
Os tribunais podem contar com uma nova ferramenta de apoio à gestão, que simplifica e desmaterializa o reporte de problemas nos edifícios e equipamentos.
O Meu Tribunal vai permitir a comunicação de uma lâmpada fundida, uma cadeira partida ou uma avaria no parque informático, obstáculos que, apesar de pequenos, dificultam o trabalho diário dos serviços da justiça.

E no portal da Galp:

A gestão de topo é responsável por criar um clima que permita e motive a Organização a reportar os incidentes, assegurando e suportando a comunicação formal e informal de incidentes, constatações, recomendações e lições aprendidas.[8]

E) Agora, curto intervalo ou *intermezzo* de seis minutos com Antonín Dvořák (1841-1904), ópera Rusalka, ária *Canção à lua*[9].

Fim do intervalo.

F) Regulamento (UE) 2017/1601 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de setembro de 2017, que institui o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS), a Garantia FEDS e o Fundo de Garantia FEDS[10]

Artigo 3.º — *Objetivo*
O objetivo do FEDS enquanto pacote financeiro integrado que fornece capacidade de financiamento sob a forma de subvenções, garantias e outros instrumentos financeiros a contrapartes elegíveis consiste em apoiar investimentos e um acesso mais alargado ao financiamento, sobretudo em África e na vizinhança europeia, a fim de promover o desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo e a resiliência socioeconómica dos países parceiros, incluindo, se apropriado, no contexto da Política Europeia de Vizinhança e do Novo Quadro de Parceria com os países terceiros no âmbito da Agenda Europeia da Migração, com um destaque particular para o crescimento sustentável e inclusivo, a criação de empregos dignos, a igualdade de género e a capacitação das mulheres e dos jovens, e ainda para os setores socioeconómicos e o apoio às micro, pequenas e médias empresas, maximizando ao mesmo tempo a adicionalidade, fornecendo produtos inovadores e captando fundos do setor privado.

Observação:
Parágrafo de extensão tipo mar da Palha, sem um único chafariz onde o leitor pudesse desalterar-se e recuperar o ânimo para prosseguir a leitura de um texto que merece mais pontuação, independentemente da pontuação utilizada nas outras versões linguísticas.(11) Fez-se, no n.º 52 de «a folha» (p. 7, «En un rincón del alma»)(12) apelo idêntico, mas os responsáveis pela escrita têm dormido que nem abades.

No artigo 9.º, n.º 4, deste mesmo regulamento, e em outros passos, fala-se em «vertentes de investimento» (expressão, aliás, definida no artigo 2.º). Em outras versões linguísticas podemos ler: *fenêtres d'investissement* (FR), *investment windows* (EN) ou *áreas de inversión* (ES). As versões DE, NL e IT vão também, à semelhança das FR e EN, no sentido de janelas de investimento.

Observações:
As «janelas» surgem, desde há uns tempos, a torto e a direito, são mato, é material opíparo, profuso, copioso e são talvez descendentes das janelas de Lisboa da Maluda(13)… vá lá a gente saber. De qualquer modo, lá se lembraram também de encaixilhar muitas «janelas» também nos textos UE, que penduraram nos gabinetes deixando que o pó os recobrisse e adeus até ao meu regresso. Mas neste caso, faça-se jus, recorreram a «vertente» de investimento.

Todavia, não usaria nestes passos o vocábulo «vertente(s)», antes pondo, *v.g.*, «áreas» de investimento, na senda da versão espanhola. Deixava, desta sorte, as vertentes à discrição das massas populares para poderem nelas escorregar enquanto se dedicam ao infindo parlapié com vizinhas e passantes ou em filas do Centro de Saúde à espera de senha pelas 5h30 *a.m.* Em suma, aquelas vertentes fazem ali tanta falta como a cobra-rateira em lura de arganazes(14). Creio que lançando mão de «áreas» se permitiria contentar todos os membros do bom povo português e a vida prosseguir com a quietude que se requer e a felicidade conjugal imperar, mesmo na *vertente* (toma!) das trágicas violências domésticas (*v.* infra **J**).

G) Acordo entre a União Europeia e a Islândia sobre a Proteção das Indicações Geográficas dos Produtos Agrícolas e dos Géneros Alimentícios(15)

Artigo 1.º — Âmbito de aplicação
(...)
2. As indicações geográficas de uma Parte só são protegidas pela outra Parte, ao abrigo do presente Acordo, se caírem no âmbito de aplicação da legislação a que se refere o artigo 2.º.

Observação:
O sublinhado poderia ficar mais curto, assim: *se abrangidas pela legislação a que se refere o artigo 2.º*

E no artigo 2.º diz-se:

3. Uma vez concluído o procedimento de oposição (…)
4. Uma vez concluído o procedimento de oposição (…)

Observação:
Este «uma vez» surge reiteradamente nos textos UE, sem necessidade que se compreenda, dele se devendo dar às de vila diogo porque não serve para nada.
Basta pôr assim: *Concluído o procedimento* (…), recuperando o particípio passado (como já se reclamou supra em **B** e em muitos outros locais) que anda muito esquecido e tem paletes de utilidade.

Mais ainda, e como já se disse e redisse: com a mecanização dos vocabulários, chamemos-lhe assim, o tradutor e a máquina vão buscar no seu trabalho frases que já foram traduzidas *ipsis verbis* ou ±. O risco, como se sabe, é paquidérmico: repetem-se opções que, por vezes, não foram as melhores…e assim por diante. Se se não operar uma limpeza, a espaços, do que está traduzido e reproduzido em

milhentas páginas do Jornal Oficial adeus minhas encomendas: nunca mais se endireita a coisa e Evaristo-toma-lá-disto: daqui a 45 anos ainda estou a pregar no deserto… *si el tiempo lo permite y la autoridad no lo impide.*

H) Resolução da Assembleia da República n.º 241/2017 sobre o reforço dos mecanismos de supervisão financeira da União Europeia e conclusão da União Bancária[16]

Lê-se a dada altura:

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição:
1 — Propor aos Parlamentos Nacionais dos Estados-Membros da União Europeia, através do mecanismo de «cartão verde», que apresentem à Comissão Europeia iniciativas legislativas no sentido de:
(…)
c) Desenvolver a criação de um Fundo Monetário Europeu (…)

Observação:
Desde há largo tempo esta do «desenvolver» foi adotada pelos redatores legais e tradutores que pelo mundo andam a cirandar. Não parece ideia luminosa, que surge decerto como aproveitamento do inglês *develop*. Se se desenvolve… é porque já existe? Vale mais recuperar o verbo promover que também tem sido guardado no armário sem que se veja a razão de tamanha aleivosia que me faz trepar pelas paredes.

Ficaria assim: *c) Promover a criação de um Fundo Monetário Europeu* (…)

Ainda na mesma onda, reza o artigo 9.º do Protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contribuição financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio das Pescas entre a União Europeia e a República da Maurícia[17]

Cooperação no domínio da economia dos oceanos
1. As Partes comprometem-se a desenvolver um quadro para o reforço da cooperação no domínio da economia dos oceanos. Tal poderá abranger, nomeadamente, a aquicultura, o desenvolvimento sustentável dos oceanos, o ordenamento do espaço marítimo, a energia marinha e o ambiente marinho.

Observação:
Porquê desenvolver? Deveria dizer-se criar… e retomava-se, dessa sorte, outro verbo que anda pelas ruas da amargura, o que até faz chorar lágrimas de crocodilo.[18]

I) Regulamento Delegado (UE) 2017/2056 da Comissão, de 22 de agosto de 2017, que altera o Regulamento Delegado (UE) n.º 522/2014, que completa o Regulamento (UE) n.º 1301/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito às regras pormenorizadas relativas aos princípios de seleção e gestão das ações inovadoras no domínio do desenvolvimento urbano sustentável a serem apoiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional[19]

Observação em estilo telegráfico:
Título muito complicado na parte sublinhada.

Sugiro para memória futura, eliminando-se o desnecessário:
«(…) quanto às regras sobre os princípios de seleção e gestão das ações inovadoras no domínio do desenvolvimento urbano sustentável a apoiar pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional».

Em suma: afasta-se «no que diz respeito às regras pormenorizadas relativas» e «a serem apoiadas» (porquê a voz passiva?).

J) *Le 9 janvier 1993, Jean-Claude Romand*[20] *a tué sa femme, ses enfants, ses parents, puis tenté, mais en vain, de se tuer lui-même. L'enquête a révélé qu'il n'était pas médecin comme il le prétendait et, chose plus difficile encore à croire, qu'il n'était rien d'autre.*

Emmanuel Carrère, *L'Adversaire*[21]

luis.f.sabino@gmail.com

(1) Regulamento de Execução (UE) 2017/332, JO L 50 de 28.2.2017, http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017R0332.

(2) Uma notícula (que hoje também é dia de promoções nesta área, promoções que incluem pernil de suíno, vinhos do Douro, sopa de rabo de boi e latas de alimentação para canídeos de + de 8 anos, além de fraldas para bebé e traduções a 0,50 ao balcão e 0,70 à mesa): Elytis, O., *Louvado Seja*, (ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 2004, ISBN 978-972-37-0805-9), tradução do grego e posfácio do Manuel Resende, excelso tradutor que conhece a língua dos Deuses. Há quem diga que *Deus é brasileiro* (Lemmens, H., ed. Zouk, Porto Alegre, 2015, ISBN 9788580490374)… mas reputo tal coisa de ideia macavenca… Pelas relações que mantenho com o Azul Celeste, posso asseverar que os Deuses são gregos ou que, pelo menos, se expressam em língua helénica.

(3) Resolução da Assembleia da República n.º 217/2017, *Diário da República*, I Série, n.º 166, de 1 de setembro de 2017, http://data.dre.pt/eli/resolassrep/217/2017/08/29/p/dre/pt/html.

(4) Curiosidade: Wikipédia, *Eugène Poubelle*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%A8ne_Poubelle.

(5) Smith, P., *M Train*, Random House, 2015, ISBN 9781101946671.

(6) Lei n.º 100/2017, *Diário da República*, I Série, n.º 165/2017, de 28 de agosto de 2017, http://data.dre.pt/eli/lei/100/2017/08/28/p/dre/pt/html.

(7) Disponível em: Ordem dos Advogados, *Biblioteca: Correio Jurídico — Publicações Semana 18*, https://www.oa.pt/upl/%7Bcaacb8cb-cb6b-443a-b27c-a4b361b75c3a%7D.pdf.

(8) Galp, *Gestão de Incidentes*, http://www.galpenergia.com/PT/Sustentabilidade/Protecao-Ambiente-Pessoas-Ativos/Paginas/gestao-de-incidentes.aspx.

(9) YouTube, *Antonín Dvořák — Rusalka — Song To The Moon*, TheWickedNorth, https://youtu.be/wPEDeWyWgw4.

(10) Regulamento (UE) 2017/1601, JO L 249 de 27.9.2017, http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017R1601.

(11) Por exemplo ver artigo 3,º nas versões em FR, EN e ES:

Article 3
Objet
1. L'objectif du FEDD en tant que dispositif financier intégré, octroyant des capacités de financement sous forme de subventions, de garanties et d'autres instruments financiers à des contreparties éligibles, est de soutenir les investissements et un meilleur accès au financement, principalement en Afrique et dans le voisinage européen, afin de favoriser un développement économique et social inclusif et durable et de promouvoir la résilience socio-économique des pays partenaires, y compris, le cas échéant, dans le contexte de la politique européenne de voisinage et du nouveau cadre de partenariat avec les pays tiers au titre de l'agenda européen en matière de migration, en mettant particulièrement l'accent sur la croissance durable et inclusive, sur la création d'emplois décents, sur l'égalité entre les hommes et les femmes et sur l'émancipation des femmes et des jeunes, ainsi que sur les secteurs socio-économiques et les micro, petites et moyennes entreprises, tout en exploitant pleinement l'additionnalité, en favorisant la fourniture de produits innovants et en attirant des financements privés.

Article 3
Purpose
1. The purpose of the EFSD as an integrated financial package, supplying financing capacity in the form of grants, guarantees and other financial instruments to eligible counterparts, shall be to support investments and increased access to financing, primarily in Africa and the European Neighbourhood, in order to foster sustainable and inclusive economic and social development and promote the socioeconomic resilience of partner countries, including, where appropriate, in the context of the European Neighbourhood Policy and the New Partnership Framework with third countries under the European Agenda on Migration, with a particular focus on sustainable and inclusive growth, on the creation of decent jobs, on gender equality and the empowerment of women and young people, and on socioeconomic sectors and micro, small and medium-sized enterprises, while maximising additionality, delivering innovative products and crowding in private sector funds.

Artículo 3
Finalidad
1. El objetivo del FEDS, como dispositivo financiero integrado que aporta capacidad financiera en forma de subvenciones, garantías y otros instrumentos financieros a contrapartes elegibles, será respaldar inversiones y aumentar el acceso a la financiación, principalmente en África y en los países de la vecindad europea, con el fin de fomentar el desarrollo económico y social sostenible e incluyente y promover la resiliencia socioeconómica de los países socios, en su caso también en el contexto de la política europea de vecindad y el nuevo Marco de Asociación con terceros países en el contexto de la Agenda Europea de Migración, con una atención particular al crecimiento sostenible e incluyente, a la creación de puestos de trabajo dignos, a la igualdad entre hombres y mujeres y al empoderamiento de las mujeres y de las jóvenes, así como a los sectores socioeconómicos y las microempresas y las pymes, maximizando al mismo tiempo la adicionalidad, proporcionando productos innovadores y atrayendo fondos del sector privado.

http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR-EN-ES/TXT/?uri=CELEX:32017R1601.

[12] «En un rincón del alma» *in* «a folha» n.º 52 — outono de 2015, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha52_pt.pdf.
[13] Pintarest, *Explora Azulejos Portugueses e outros!*, https://www.pinterest.pt/pin/473300242066301358/.
[14] Isto observado do ponto de vista do arganaz, claro.
[15] Acordo entre a União Europeia e a Islândia, JO L 274 de 24.10.2017, http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22017A1024(01).
[16] Resolução da Assembleia da República n.º 241/2017, *Diário da República*, I Série, n.º 208, de 27 de outubro de 2017, http://data.dre.pt/eli/resolassrep/241/2017/10/27/p/dre/pt/html.
[17] Protocolo (...) [d]o Acordo de Parceria no domínio das Pescas entre a União Europeia e a República da Maurícia, JO L 279 de 28.10.2017, http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22017A1024(01).
[18] A propósito de lágrimas, aqui vai uma para jovens românticas, que não devem desesperar (1969): YouTube, *Carmen Silva — Adeus Solidão*, Edson Nemoto, https://youtu.be/Q7hW5RGe1zg.
[19] Regulamento Delegado (UE) 2017/2056, JO L 294/26 de 11.11.2017, http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017R2056.
[20] Aubenas, F., «Jean-Claude Romand le mythomane : La double vie consumée de Jean-Claude Romand», *Libération*, 13.7.2007, http://www.liberation.fr/hors-serie/2007/07/13/jean-claude-romand-le-mythomane-la-double-vie-consumee-de-jean-claude-romand_98353.
[21] Carrère, E., *L'Adversaire*, ed. Gallimard — Folio, Paris, ISBN 9782070416219.

A polémica escusada (II)

Jorge Madeira Mendes
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Embora tenha qualificado de «escusada» a polémica em torno da chamada «nova ortografia» resultante do Acordo Ortográfico de 1990 (AO90)[1], respondo com gosto à reação do meu amigo Philippe Magnan Gariso que, numa secção do seu artigo *Desportuguesmente*[2], pôs em causa os meus argumentos.

Apresentando diversos exemplos de entidades que «são radicalmente contra o AO», pergunta o Philippe se «são tontos». Importa frisar que nunca, sequer sob a forma de insinuação, apelidei de «tontos» os opositores do AO90. É certo que o Philippe tampouco me imputa expressamente tal juízo, mas dá a entender que ele é uma consequência inevitável da minha defesa do AO90. Pela mesma ordem de ideias, perguntaria eu se será tonto quem, pacificamente, aderiu a uma reforma que, na verdade, constitui um simples ajuste da ortografia, bastante menos drástico, aliás, do que pelo menos um dos que, no século XX, o antecederam. O AO90 incide, essencialmente, na remissão de alguns nomes próprios a comuns («abril», «outono»), na racionalização (infelizmente não total) do uso do hífen e, sobretudo, na supressão de consoantes mudas.

A conceção desta reforma ortográfica sob a forma de um «acordo» (designadamente com o Brasil) poderá ser a principal razão para a oposição que merece a alguns. Com efeito, não é rara, em Portugal, a injustificada presunção de que somos os «donos da língua» e de que, no limite, deveríamos ser nós a liderar qualquer interferência na sua ortografia (tanto mais que se julga, também sem fundamento, que as novas regras ortográficas reproduzem acriticamente as do Brasil). O mínimo que se pode dizer a este respeito é que, sem o Brasil, a nossa língua não teria o estatuto, tão prezado por nós, de «quinta mais falada no mundo». No dia em que nascessem o «brasileiro», o «angolano» ou o «moçambicano» como línguas de pleno direito, o remanescente «português» (isto é, a língua oficial do pequeno Portugal e, eventualmente, de mais algumas parcelas do planeta) cairia do quinto lugar para uma posição ao nível do sueco, do dinamarquês ou do eslovaco, línguas que, embora respeitáveis, não têm projeção fora das fronteiras dos respetivos países.

No meu artigo, procurei desmontar a argumentação de alguns dos mais eminentes opositores do AO90, porquanto me sentia no direito de denunciar contradições e argumentos falaciosos. O abastardamento da língua portuguesa é o que mais se vê e ouve no dia a dia, a nível quer ortográfico quer sintático e independentemente de se ser defensor ou detrator do AO90. Mas apontei a falta de autoridade de quem chama «abastardamento da língua portuguesa» e «perda de identidade» a esta reforma ortográfica, quando não exprime igual indignação perante a crescente tendência para o uso e abuso de palavras inglesas (desnecessárias, porque há alternativas em português) e para a profusa construção de frases que decalcam a estrutura do inglês.

Considere-se o seguinte exemplo:

> Submeti a aplicação para o meeting. Após um update da mailing list, os diferentes stakeholders foram oferecidos um debriefing apropriado no meeting point, com um overview instrumental dos targets relevantes. Como alguns dos players não suportariam o input, situações foram eventualmente analisadas e, no fim do dia, um fact-checking mostrou que o feedback atingiu o point of no-return.

Poderá tratar-se de um caso extremo, mas é esta a tendência hoje, em Portugal — pelo que lamento que os opositores do AO90 não usem de idêntica energia para travarem o verdadeiro abastardamento da língua, a verdadeira ameaça de perda de identidade.

O Philippe faz notar — e dou-lhe inteira razão — que, apesar de manter o diacrítico na forma verbal «pôr» (o que a distingue da preposição «por»), o AO90, contraditoriamente, suprime o diacrítico na forma verbal «pára», tornando-a ortograficamente indistinta da preposição «para». Chamo a atenção para a seguinte passagem do meu artigo: *na frase, exemplificativa, «chuva para Lisboa», ficar-se-ia sem saber se se prevê chuva para a cidade de Lisboa ou se esta última ficou parada devido a uma copiosa precipitação. <u>É certo</u>, mas eu atrever-me-ia a alvitrar que a ambiguidade da frase «chuva para Lisboa» poderá ser vista, mais como um trocadilho apetecível, do que como uma inconveniência a evitar*. Ou seja, concordo que a homografia criada pelo AO90 resulta numa ambiguidade evitável. Procuro é relativizar a dramaticidade dessa homografia, uma vez que terá entrado para ficar. Mas <u>não me indignaria uma reposição da grafia «pára» para a forma verbal</u>, coexistindo com a grafia «para» para a preposição, do mesmo modo que coexistem «pôr» e «por», e também «pôde» e «pode». Sinceramente, parece-me ser esta a única falta grave do Acordo Ortográfico de 1990.

Gostaria também de assinalar que, não tendo eu estado envolvido na elaboração do AO90, a minha posição em relação a esta reforma ortográfica é isenta. Simplesmente, existindo ela, adoto-a, pois até me facilita a escrita e a pronúncia de determinados termos em relação aos quais não era raro, outrora, ter dúvidas. Por exemplo, pronunciava [inveKtivar] e [peremPtório], porque, como palavras raras que estas são, não as ouvia com frequência; vendo as grafias «invectivar» e «peremptório», ignorava que eram mudas aquelas consoantes; as novas grafias («invetivar» e «perentório») vieram inegavelmente facilitar-me a vida.

Pergunta o Philippe porque há de esta polémica ser «escusada», e até suspeita que, mais do que uma polémica, se trata antes de uma «celeuma». Ao chamar-lhe «polémica escusada», estou a exprimir uma opinião pessoal, e não a *declarar* quais polémicas são escusadas e quais são pertinentes. Mas considero-a escusada porque há causas mais nobres do que esta interminável querela de opositores aparentemente convencidos de que a ortografia imediatamente anterior ao AO90 era uma fórmula sagrada e intemporal. Não o era. Resultava, contingentemente, de sucessivas reformas, entre as quais uma, muito mais drástica, de 1911, que provocou guerras ridículas e desgastantes entre os chamados «sónicos» (defensores de uma ortografia mais condizente com a fonética) e os chamados «caturras».

> Elle, auctor e pae, e ella, traductora e mãi, tinham escripto as Sanctas Escripturas e os Psalmos n’uma phase mechanica, abysmal e lachrymejante, em Cintra ou em Cezimbra.

Pessoa escreveria assim. Alguém o faz hoje?

Em 1973 (já bem adiantado nos meus estudos universitários), passei por uma revisão da reforma de 1945. E, se até então escrevia «ele quere pràticamente sòzinho», passei a ter de escrever «ele quer praticamente sozinho» (poderia afirmar que «ele quer» é incongruente, porquanto não consta que «ele refere e prefere» tenha passado para «ele *refer* e *prefer*»).

A reforma de 1945, cuja intocabilidade defendem acerrimamente os opositores do AO90, criou também muitas ambiguidades ortográficas. Cito, longe de exaustivamente: acordo [*acôrdo* ou *acórdo*?], fora [*fôra* ou *fóra*?], topo [*tôpo* ou *tópo*?], almoço [*almôço* ou *almóço*?], cor [*côr* ou *cór*?], pega [*pêga* ou *péga*?], exagero [*exagêro* ou *exagéro*?].

Por coerência, os opositores do AO90 deveriam preconizar um regresso à ortografia do nosso ancestral latim (e, mesmo aí, haveria que optar entre o clássico ou o vulgar). Assim, pronunciaríamos «Chaves» mas escreveríamos «Aquae Flaviae»; pronunciaríamos «abismo» mas escreveríamos «abysmu» (ou melhor, «abyssus», para ficarmos ainda mais perto da fonte, neste caso grega); pronunciaríamos «mãe» e «pai», mas escreveríamos «mater» e «pater»...

Jorge-Madeira.Mendes@ec.europa.eu

---

(1) Mendes, J. M., «A polémica escusada» *in* «a folha», n.º 53 — primavera de 2017, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha53_pt.pdf.
(2) Gariso, P. M., «Desportuguesmente — Ainda e sempre a "polémica escusada" em "a folha" n.º 53» *in* «a folha», n.º 54 — verão de 2017, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha54_pt.pdf.

Software livre e de código aberto: OmegaT na DGT, Wizard, Tagwipe e TeamBase (parte 2)

Maria José Bellino Machado; Hilário Leal Fontes
Thomas Cordonnier; Elio Fedele; Fons De Vuyst
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

[versão inglesa deste texto — http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha55_ot2_en.pdf]

Prefácio

Esta é a parte 2 do artigo sobre as aplicações de tradução assistida por computador que foram recentemente disponibilizadas pela Direção-Geral da Tradução (DGT) da Comissão Europeia como *software* livre e de código aberto (FOSS). A parte 1 foi publicada no n.º 54 d'«a folha»[1].

Ao contrário do DGT-OmegaT e do Tagwipe, que são aplicações que podem ser descarregadas e utilizadas imediatamente, as duas aplicações apresentadas nesta parte 2 requerem algum trabalho para serem «utilizáveis» fora da DGT, em especial a TeamBase:

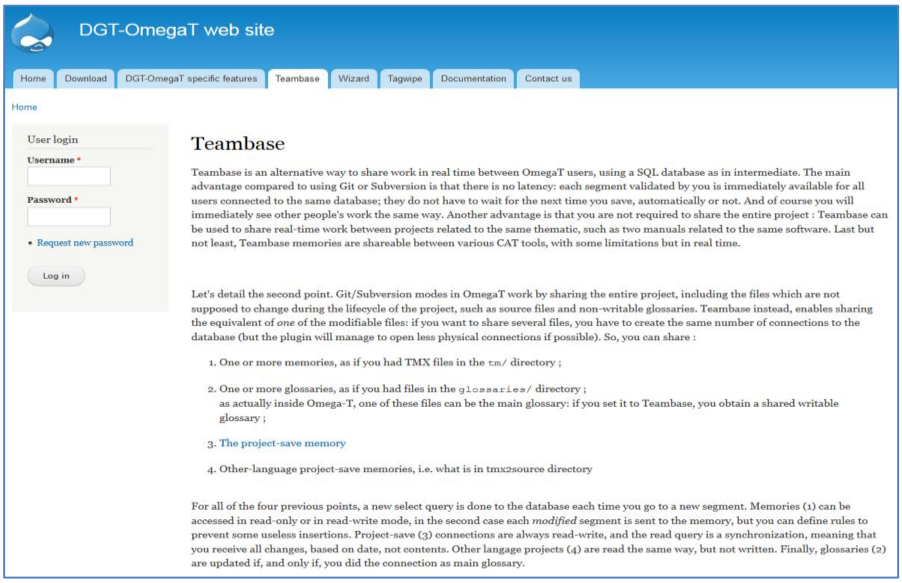
- **Teambase** (programador: Thomas Cordonnier): aplicação inicialmente desenvolvida por Thomas Cordonnier a título privado (projeto Silvestris/Cyclotis) e que está a ser utilizada na DGT e adaptada para satisfazer as necessidades da DGT.
- **DGT-OmegaT Wizard** (programador: Elio Fedele): aplicação desenvolvida internamente pela DGT para integrar o DGT-OmegaT no seu fluxo de trabalho, automatizando a maior parte das operações de gestão de projetos.

O projeto é gerido por Fons De Vuyst, chefe do setor de Apoio Operacional da unidade de Informática da DGT.

O DGT-OmegaT Wizard (DGT-OT Wizard) só pode ser utilizado num ambiente Windows, enquanto a aplicação TeamBase pode ser utilizada em qualquer plataforma compatível com Java8 (Windows, Linux, MacOS) e tem módulos de extensão para o OmegaT e o SDL Trados Studio.

Para ambas as aplicações, são publicados tanto o código-fonte como a versão executável, mas salientamos que são publicados tal como estão, sem garantias expressas nem implícitas e que não será prestado qualquer apoio.

6. Teambase



Por vezes a tradução de um documento tem de ser dividida entre vários tradutores devido ao tamanho ou à urgência. Ao dividir um ficheiro em duas ou mais partes que são traduzidas por vários tradutores ou ao atribuir a tradução de documentos conexos a vários tradutores, não é eficiente e/ou é mais oneroso garantir a coerência entre traduções se os tradutores não tiverem acesso em tempo real às traduções em curso dos seus colegas.

O OmegaT já oferece uma solução: a opção de projetos em equipa, baseada em ferramentas normalmente concebidas para o desenvolvimento de *software* — as aplicações **Git** e **Subversion**. Mas esta solução apresenta alguns inconvenientes, nomeadamente não ser compatível com outras ferramentas de tradução assistida por computador.

Em consequência, a aplicação TeamBase foi desenvolvida como uma opção para permitir a partilha de memórias de projetos em tempo real entre tradutores que utilizam o DGT-OmegaT ou o SDL Trados Studio, algo que é muito importante no ambiente de trabalho da DGT. A TeamBase está em evolução constante com as sugestões dos utilizadores!

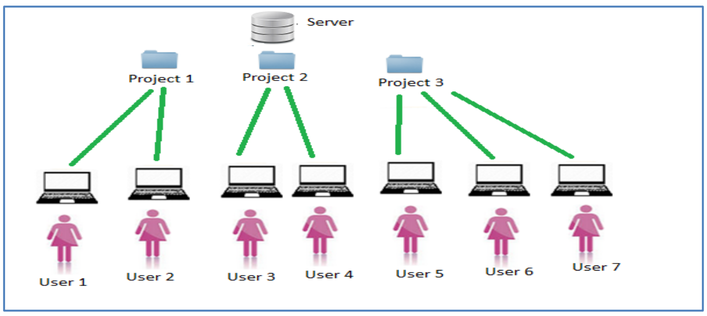
Para que os tradutores fora da DGT possam ter uma ideia do que é a TeamBase, para verem se será interessante para o seu trabalho — e se valerá a pena o esforço! — apresentamos a seguir uma breve comparação, tão objetiva quanto possível, entre a TeamBase e as outras opções de que temos conhecimento[2].

<table>
<tr><th></th><th>Diretório partilhado (Windows share, nuvem...)</th><th>Projetos em equipa (Git/Subversion)</th><th>Teambase memória de tradução</th><th>Teambase memória de projeto</th></tr>
<tr><td>O que pode ser partilhado</td><td>Diretórios: tm/, ...</td><td>Todo o projeto</td><td>Conteúdo de um ficheiro TMX</td><td>Conteúdo da memória project_save.tmx</td></tr>
<tr><td rowspan="2">O que não é partilhado</td><td rowspan="2">project_save.tmx (exceto trabalho manual)</td><td rowspan="2"></td><td colspan="2">Dicionários, propriedades do projeto
Ficheiros de partida e de chegada</td></tr>
<tr><td>project_save.tmx</td><td>Memórias de tradução</td></tr>
<tr><td>Sincronização</td><td>Manual</td><td>A cada operação de guardar</td><td colspan="2">A cada validação de segmento</td></tr>
<tr><td>Ferramentas externas necessárias</td><td>Nenhuma</td><td>Um servidor Git ou Subversion</td><td colspan="2">Um servidor PostgreSQL</td></tr>
<tr><td>Integração no OmegaT</td><td>N/A</td><td>A partir da versão standard OmegaT 2.6</td><td colspan="2">DGT-OmegaT (inclui módulo de extensão)
Ou OmegaT 4.1+ adaptado</td></tr>
<tr><td>Compatibilidade com outras ferramentas, nomeadamente SDL Trados Studio</td><td>Utilizando o formato TMX</td><td>Nenhuma (ou só em modo leitura)</td><td>Boa</td><td>Boa (apenas em modo leitura)</td></tr>
<tr><td>Quando há perda de ligação</td><td rowspan="2">N/A
(tudo é manual)</td><td>Trabalha-se localmente</td><td>Trabalha-se localmente
Não se vê o trabalho à distância
Os segmentos não são enviados ao servidor</td><td>Mensagem a informar que ligação foi interrompida
Trabalha-se localmente</td></tr>
<tr><td>Quando se fica novamente ligado</td><td>Ressincronização</td><td>Vê-se novamente os segmentos dos colegas
Apenas são enviados para o servidor os segmentos modificados após o restabelecimento da ligação</td><td>Recebe tudo o que foi alterado na base de dados distante
Apenas são enviados para o servidor os segmentos modificados após o restabelecimento da ligação</td></tr>
</table>

6.1 Arquitetura cliente-servidor e TeamBase

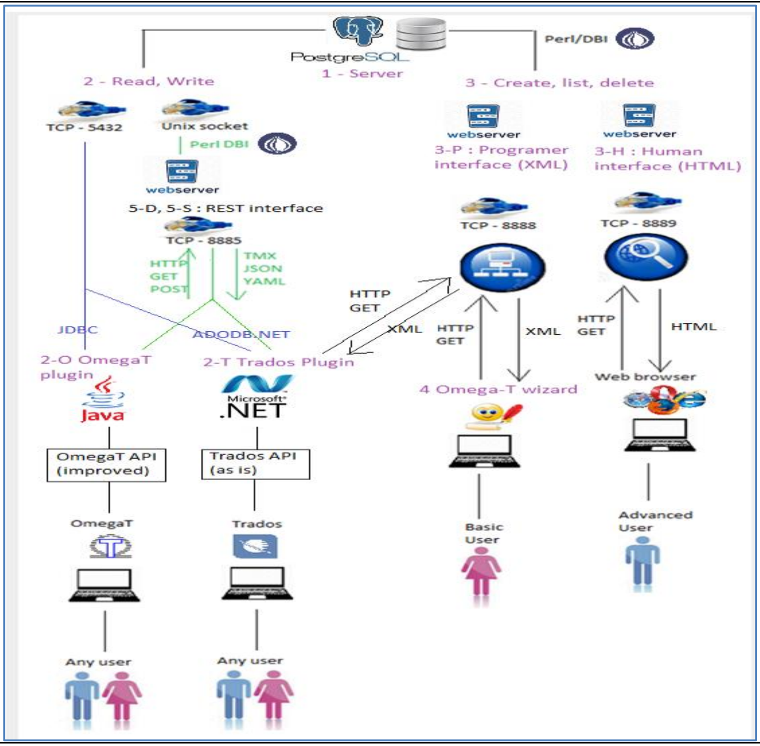
Em primeiro lugar, uma breve introdução técnica sobre a arquitetura cliente-servidor da TeamBase. Para informações técnicas pormenorizadas sobre a TeamBase e como a instalar e utilizar, ver o sítio Web do DGT-OmegaT(3).

Tanto o projeto em equipa do OmegaT como a TeamBase são o que é geralmente designado por arquiteturas cliente-servidor. Em termos simples, significa que há um computador chamado «servidor», a que se acede apenas através da rede (Internet ou rede interna), o qual armazena os dados comuns, e os utilizadores ligam-se ao servidor a partir o seu próprio computador, que é chamado «cliente». O servidor é geralmente único e «serve» múltiplos projetos permitindo assim a partilha de cada projeto entre vários utilizadores (ver a ilustração *infra*).



Cada utilizador com o DGT-OmegaT instalado num computador é um «cliente» potencial. Normalmente, é necessário descarregar separadamente o servidor, ter/encontrar um computador numa rede para o instalar (habitualmente, mas não necessariamente, um computador com uma distribuição Unix), instalar os programas e configurá-los em função do modo como o utilizador/organização gere os seus projetos. Na DGT, temos um servidor, mas que só está disponível a nível interno e apenas pode ser partilhado dentro do ambiente informático da DGT.

Para utilização no exterior, a TeamBase pode ser instalada em qualquer servidor que satisfaça os requisitos necessários.
A instalação não é tão simples como a das outras três aplicações apresentadas neste artigo.
Só para dar uma ideia, apresentamos um esquema da sua estrutura.
Parece assustador!
Mas funciona... com uma pequena ajuda, se necessário!



É claro que, depois de instalada num servidor, a TeamBase pode ser utilizada — e os parâmetros definidos — diretamente com todas as funções e opções disponíveis.

Na DGT, as memórias TeamBase são criadas através do DGT-OT Wizard, tornando assim muito mais fácil e convivial a sua criação do que através da interface Web... embora não estejam disponíveis todas as funções e opções. Os parâmetros por omissão são automaticamente definidos sem a intervenção do utilizador, numa operação de fundo, quando é feita uma ligação à TeamBase.

O mesmo se passa com a versão pública do DGT-OT Wizard. Uma vez instalada no servidor do utilizador, a Teambase deverá funcionar sem problemas se não for necessária autenticação (sendo apenas uma questão de definir corretamente o URL no ficheiro de configuração). A utilização da TeamBase através do DGT-OT Wizard fora da DGT está a ser testada (nomeadamente no que diz respeito à sua utilização em servidores com autenticação).

6.2 Criação de um projeto a partilhar

Para criar um projeto no servidor é necessário:

1 — Ter a TeamBase instalada, evidentemente, e os seus parâmetros definidos.
2 — Criar um projeto OmegaT da forma habitual.

Neste artigo, utilizaremos como exemplo, para simplificar, um projeto com um único documento a traduzir por dois tradutores. Mas a TeamBase pode ser igualmente utilizada com toda a facilidade para (grandes) projetos multidocumentos.

Para mais informações, ver o sítio Web do DGT-OmegaT.

6.3 Modos de funcionamento da TeamBase

A Teambase permite a partilha do equivalente a *um* dos ficheiros modificáveis: podem ser partilhados vários ficheiros e pode ser criado o mesmo número de ligações à base de dados. Por conseguinte, é possível partilhar:

1. Uma ou mais memórias, como se o tradutor tivesse ficheiros TMX na pasta **\tm**;
2. Um ou mais glossários, como se o tradutor tivesse ficheiros na pasta **\glossary**; o glossário principal pode funcionar como um glossário de escrita partilhado;
3. A memória **project_save**;
4. Memórias **project_save** de outra(s) língua(s), ou seja, ficheiros na pasta **\tmx2source**.

A primeira opção é geralmente chamada modo memória (**Memory Mode**), a opção 2 modo glossário (**Glossary Mode**) e as opções 3 e 4 modo projeto (**Project Mode**). Vejamos então cada um destes modos.

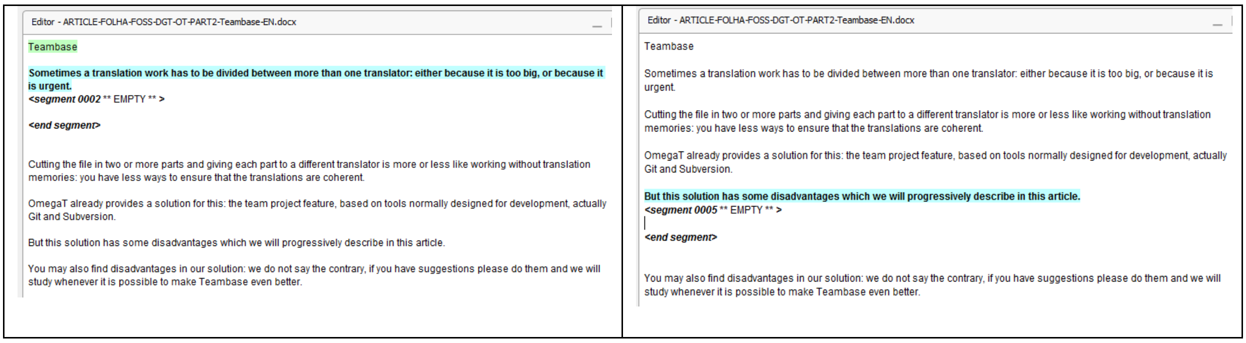
6.3.1 Modo projeto

Neste modo, a TeamBase é utilizada como um substituto do ficheiro ***project_save.tmx***: cada vez que um tradutor valida a tradução de um segmento (mesmo que não o guarde, contrariamente ao que acontece no modo projeto do OmegaT), a tradução é enviada para a base de dados. No sentido contrário, os outros utilizadores verão o segmento traduzido inserido no seu projeto logo que validem outro segmento.

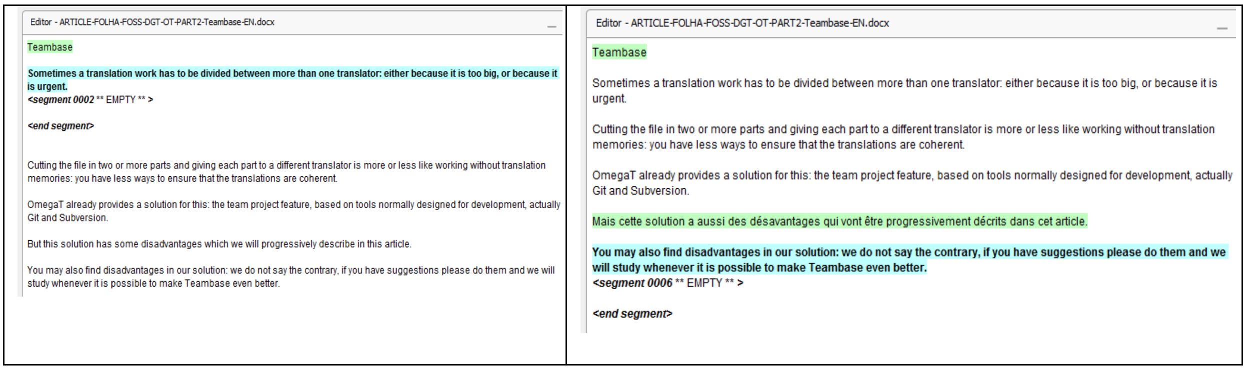
Para utilizar a TeamBase, é necessário que todos os tradutores tenham uma cópia do projeto, incluindo o ficheiro ***project_save.properties***. Quando é aberto no OmegaT, o projeto é apresentado da forma habitual.

Vejamos o que acontece quando o tradutor 1 abre o segmento 5 enquanto o tradutor 2 tem o segmento 1 aberto no **Editor**. Selecionámos aqui segmentos próximos apenas para facilitar a visualização: na vida real, os utilizadores estarão provavelmente em diferentes partes do documento.

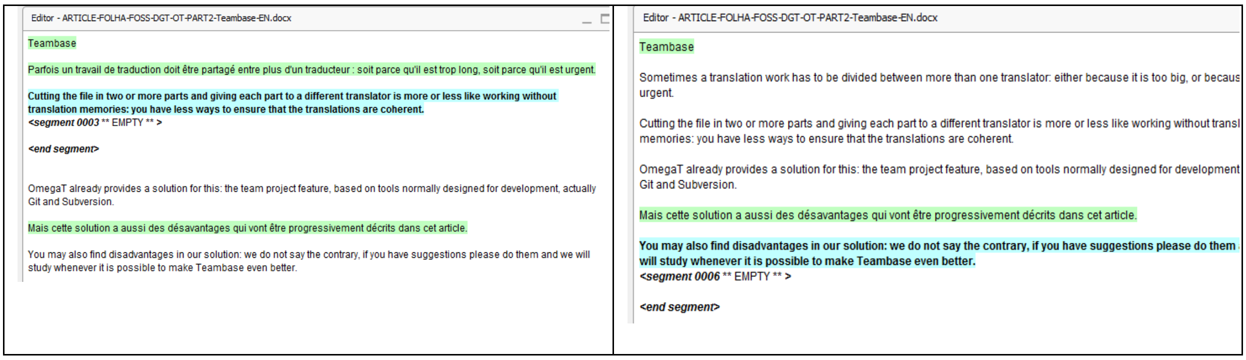
O tradutor 1 traduz o segmento 1 e valida-o. Agora os tradutores já não veem a mesma coisa:



Nesta altura, a sincronização ainda não tinha sido feita para o tradutor 2: só será feita quando houver alguma ação da parte desse tradutor como, por exemplo, quando ele abre outro segmento ou valida uma tradução como mostrado *infra*.



Agora que já validou um segmento, o tradutor 2 também vê, no topo, o segmento validado pelo tradutor 1. No outro computador, nada mudou. Mas vejamos agora o que acontece quando o tradutor 1 valida novamente um segmento:



Desta vez, nada muda no ecrã do tradutor 2. Mas olhando para o ecrã do tradutor 1 vemos que, à esquerda: depois de ter validado a tradução do segmento 2, o tradutor pode também ver a tradução do segmento 5, que foi validada pelo outro tradutor.

Além disso, trabalhar com a Teambase em modo projeto é praticamente o mesmo que trabalhar sozinho, sendo a única diferença visível que cada tradutor recebe todos os segmentos traduzidos pelos outros tradutores imediatamente após a sua validação (quer com **Enter** quer saindo desse segmento traduzido ou modificado de qualquer outra forma).

Assim, os tradutores que partilham um projeto trabalharão no OmegaT como é habitual, exceto que, por vezes, um segmento novo (para esse tradutor) é apresentado com um fundo verde, o que neste caso significa que já foi traduzido por um colega que partilha o projeto.

Para os tradutores que estão familiarizados com os «projetos em equipa» do OmegaT, este comportamento não será surpreendente: neste modo, o tradutor também recebe as traduções dos outros colegas. A diferença está na frequência da atualização: nos «projetos em equipa» do OmegaT, tal ocorre após cada operação automatizada de Guardar, ou seja de três em três minutos, enquanto na TeamBase ocorre imediatamente logo que um segmento é validado.

Há diferenças entre a TeamBase e os projetos em equipa do OmegaT, mas o ponto comum é que funcionam **a pedido**: quando é validado, o segmento traduzido é enviado para o servidor, mas o servidor não informa os outros clientes de que há um segmento novo — os outros clientes receberão o novo segmento apenas quando interrogam de novo o servidor, ou seja quando abrem um novo segmento — quer tenham adicionado ou não uma nova tradução. Um serviço que apresenta

informações diretamente pedidas pelo utilizador, em que o servidor informa todos os seus clientes que há um segmento novo, seria mais difícil de desenvolver... e não seria realmente necessário!

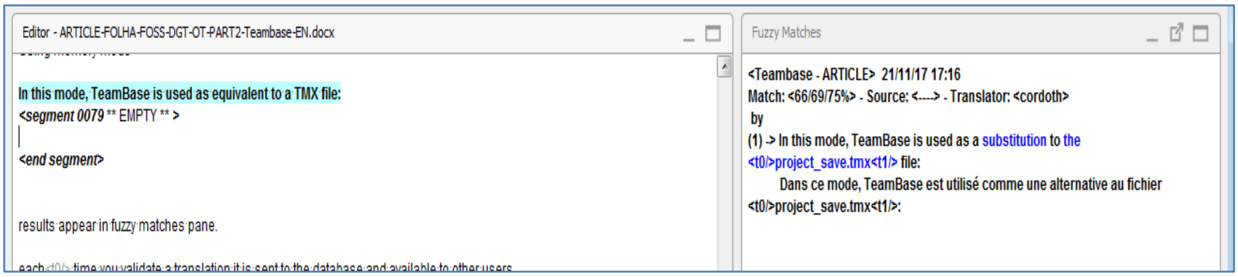
Uma última observação sobre o modo projeto: até agora, utilizámo-lo como um substituto da memória ***project_save.tmx***, mas no início desta secção, também dissemos que pode ser utilizado como um substituto da memória **tmx2source**. Se o ficheiro **properties** for colocado na pasta **tmx2source** e lhe for dado o nome, por exemplo, de **FR.properties**, então o resultado será apresentado no **Editor** como se fosse proveniente da memória **FR.tmx**:

OmegaT already provides a solution for this: **FR:** *OmegaT propose déjà une solution pour cela:* ***<segment 0006*** ** EMPTY ** **>** | ***<end segment>***	A utilização de uma base de dados em lugar de um ficheiro TMX só faz sentido se o tradutor da outra língua estiver a trabalhar em simultâneo nesse documento: todos os segmentos validados no OmegaT por esse tradutor de outra língua serão apresentados, mesmo que esse tradutor ainda esteja a trabalhar nesse segmento.

6.3.2 Modo memória

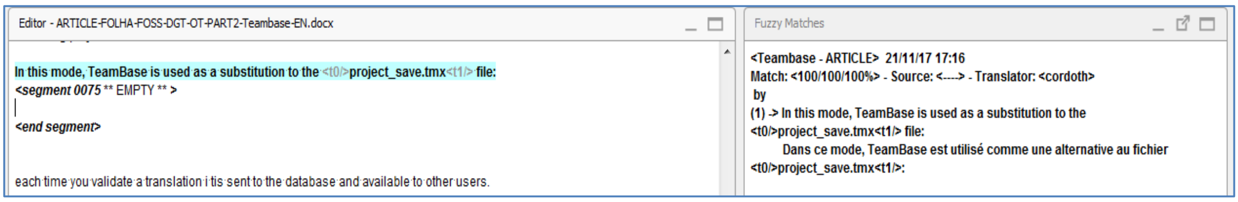
Neste modo, os tradutores estão basicamente a partilhar uma memória de tradução (como um ficheiro TMX, exceto que esta se encontra fora do computador de cada tradutor e pode ser acedida em modo **Leitura/Escrita**).

Todas as funções disponíveis para os ficheiros TMX (incluindo a concordância se for utilizada a versão 3 do DGT-OmegaT) são válidas para esta memória, além de que, no modo **Escrita**, os tradutores ligados à mesma memória terão também imediatamente acesso a uma cópia dos segmentos que estão a ser traduzidos, conforme mostrado *infra*.



Neste exemplo, na TeamBase havia um segmento com uma correspondência de 66 % em relação ao segmento aberto. Por conseguinte, é apresentado no painel **Fuzzy Matches**, como se fosse proveniente de um ficheiro TMX.

Mas o que acontece se houver uma correspondência de 100 % na TeamBase?



O resultado é o mesmo: é simplesmente apresentada uma percentagem de correspondência de 100 %, uma vez que as memórias de tradução, como os ficheiros TMX ou a TeamBase em modo memória, são apenas apresentadas a título informativo visto que não fazem parte da memória do projeto. É essa a diferença no modo projeto: um segmento traduzido por um tradutor é equivalente a um segmento traduzido por outro tradutor.

No entanto, pode acontecer que, quando um tradutor abre um segmento, o OmegaT insira automaticamente algo no mesmo. Nesse caso quer dizer que a opção para inserir a melhor correspondência (**Insert the best fuzzy match**) está ativada no menu **Editor Behaviour**. Esta função não tem nada a ver com a TeamBase: quer esteja ligado à TeamBase em modo memória ou em modo projeto ou não esteja de todo ligado à TeamBase, o tradutor verá a mesma coisa se o segmento for proveniente de uma memória TMX ou mesmo se for um segmento semelhante presente no documento que está a ser traduzido.

No DGT-OmegaT, decidimos utilizar uma cor especial (fundo amarelo-escuro para correspondências parciais ou fundo verde-escuro para correspondências a 100 %) para fazer a distinção entre **Insert best fuzzy match** e segmentos provenientes da memória do projeto (não esquecer que, no modo projeto, a TeamBase ***é*** a memória do projeto). Esperamos que a cor torne mais fácil para os tradutores ver a diferença.

Mas o que acontece agora se o tradutor 1 validar este segmento?

No modo projeto, o OmegaT aplicaria a mesma regra que à memória ***project_save.tmx***: ou é uma tradução por omissão e é substituída ou o tradutor cria uma tradução alternativa e, a menos que o contexto (segmento anterior/seguinte) seja o mesmo, ambas as traduções são mantidas pelo servidor.

No modo memória, as restrições não são tão grandes e há várias opções. O tradutor pode optar por:

- **Manter todos os segmentos**: cada segmento é guardado na TeamBase, mesmo que já exista lá um segmento de partida idêntico;
- **Manter o último**: se já existe um segmento de partida idêntico (exatamente, incluindo etiquetas de formatação), então a nova tradução substitui a anterior;
- **Manter um segmento por autor**: se o tradutor validar um segmento por si já traduzido, o servidor substitui a tradução existente; mas se o segmento estivesse associado a outro autor, seriam mantidas as traduções diferentes, se fosse o caso. Esta é a opção geralmente preferida na DGT e é a que está configurada por omissão no DGT-OT Wizard;
- **Manter uma tradução por contexto**: como no modo projeto.

Esta opção deve ser definida quando a memória TeamBase é criada e não pode ser alterada posteriormente. No entanto, podem ser criadas outras memórias no mesmo servidor com parâmetros diferentes. Em todos os casos, os parâmetros definidos no momento da criação manter-se-ão sempre os mesmos para cada uma das memórias.

O modo memória é útil quando os utilizadores não estão realmente a trabalhar no mesmo projeto, mas em projetos relacionados (dois documentos sobre o mesmo assunto, por exemplo), uma vez que o modo projeto exige absolutamente correspondências a 100 %.

Por outro lado, se ambos os tradutores tiverem o mesmo documento na pasta **\source** e decidirem que cada tradutor tem a sua própria parte para traduzir, então o modo memória não é adequado, uma vez que não é feita a autoinserção em segmentos não abertos e, em funções como gerar o documento traduzido, será também gerada a outra parte na língua original.

O modo memória é também útil se um tradutor que trabalha com o DGT-OmegaT quiser partilhar o seu trabalho com outros que estão a usar o SDL Trados Studio: devido a diferenças na forma como ambas as ferramentas armazenam o contexto e as etiquetas de formatação ou fazem a segmentação, haverá menos correspondências a 100 % e mais correspondências parciais (ainda que o documento a traduzir seja o mesmo) em comparação com uma situação em que todos os tradutores estão a trabalhar com o DGT-OmegaT. Por conseguinte, no modo projeto não é possível trabalhar num ambiente heterogéneo. Numa situação multiferramentas, a concordância não será afetada desde que sejam evitadas etiquetas de formatação nas pesquisas.

No modo memória há também a noção de herança (**Inheritance**), como na programação orientada para objetos. Por exemplo, digamos que o tradutor criou uma memória chamada «Agricultura» que partilha com todos os tradutores que trabalham em projetos sobre este assunto. Mas, a certa altura, alguns tradutores consideraram que o tema era demasiado geral e criaram outra memória chamada «Cereais».

Com a opção herança, quando um projeto é ligado à memória «Cereais», todos os segmentos são enviados para essa base de dados específica, mas os tradutores ligados a outras memórias subtemáticas da «Agricultura», por exemplo «Carne», verão também, se ativarem a opção **Inheritance**, todos os segmentos da memória «Agricultura» e respetivas memórias subtemáticas, sem enviar nenhuns segmentos para essas memórias.

Um aspeto geral a reter é que, com a TeamBase, pode utilizar-se mais de um modo memória no mesmo projeto em simultâneo com uma Teambase em modo projeto. A única coisa que deve ser evitada é ligar-se simultaneamente em modo projeto e modo memória à mesma memória TeamBase.

6.3.3 Modo glossário

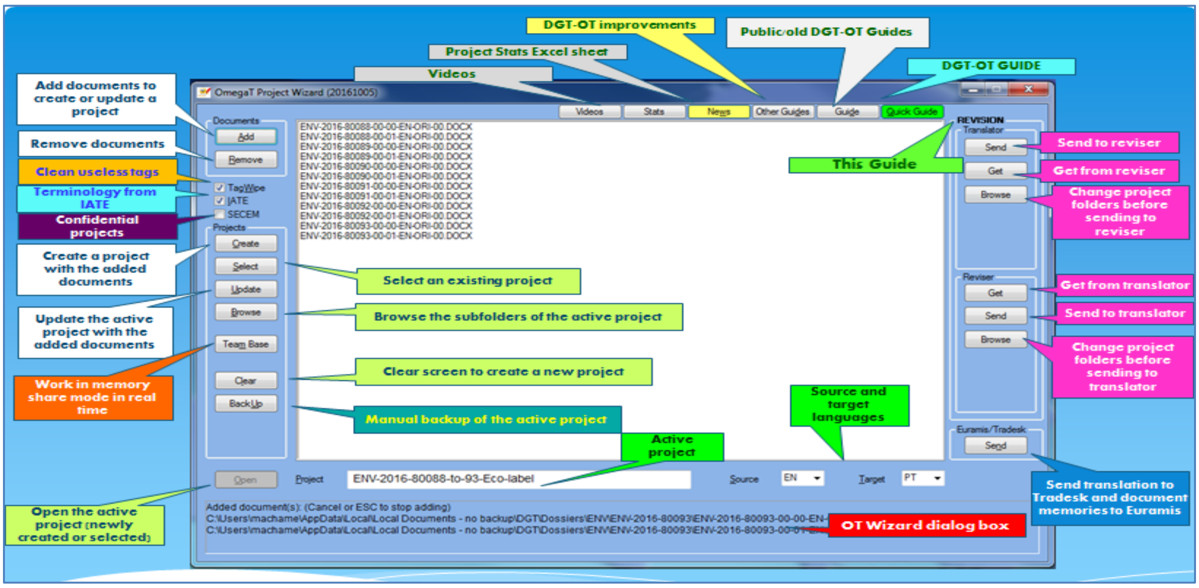
O modo glossário permite acolher no servidor uma versão partilhada do glossário de escrita (**writable glossary**) do OmegaT: esse ficheiro, em vez de estar no computador do utilizador, está no servidor e quando é acrescentada uma nova entrada no glossário esta fica imediatamente disponível para os outros utilizadores.

Tal como o modo memória, o modo glossário permite utilizar a opção **herança**.

7. DGT-OmegaT Wizard

A DGT desenvolveu internamente um assistente de projetos do DGT-OmegaT (DGT-OT Wizard) a fim de integrar o DGT-OmegaT no seu fluxo de trabalho.

Neste artigo, apresentamos o fluxo de trabalho da DGT e destacamos algumas das funções do Wizard.



7.1 DGT-OmegaT Wizard para utilização fora da DGT

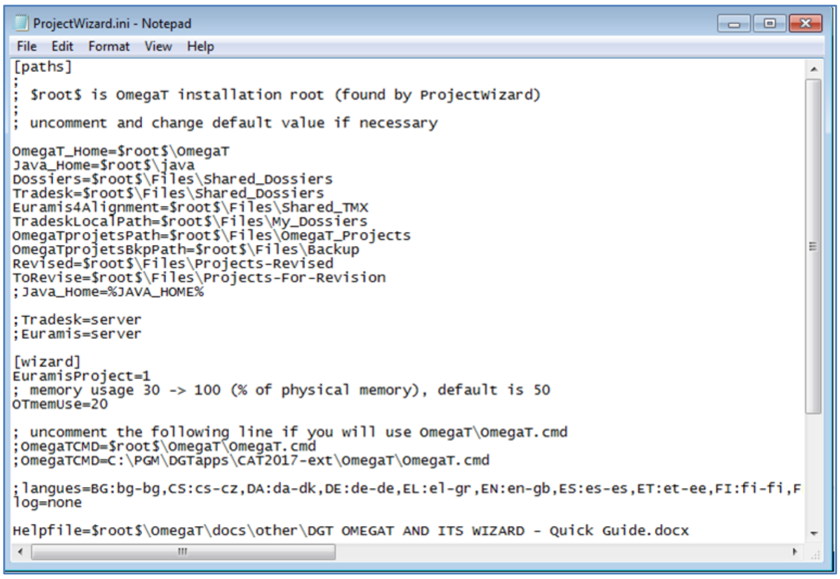
O código-fonte e a versão executável (para Windows) do DGT-OT Wizard são ambos disponibilizados como *software* livre e de código aberto. A versão executável inclui o DGT-OmegaT (OmegaT versão

standard 3.6.0.7 + DGT Extensions 3.0 beta, Update 8), para que ambos possam ser instalados numa única operação.

Embora tenha sido desenvolvido para satisfazer as necessidades da DGT no seu contexto específico, poderá também ser útil para utilizadores fora da DGT uma vez que, no OmegaT, as funções de gestão de projetos são básicas. No entanto, requer alguma adaptação e nem todas as funções estarão disponíveis.

Ver a secção sobre o DGT-OT Wizard no sítio Web do DGT-OmegaT para informações pormenorizadas sobre como instalar e utilizar o DGT-OT Wizard.

A questão essencial é que, para utilização fora da DGT, foi criado um ficheiro **setup.ini** no qual os utilizadores podem definir os caminhos (quer localmente quer num servidor) a fim de poderem utilizar o Wizard — para a maioria das operações — num ambiente de trabalho diferente. Depois de guardar o ficheiro **setup.ini** (e de executar a rotina **setup.cmd**), o Wizard criará automaticamente a estrutura de pastas (ver Secção 7.4).



ProjectWizard.ini - Notepad

File Edit Format View Help

```
[paths]
;
; $root$ is OmegaT installation root (found by ProjectWizard)
;
; uncomment and change default value if necessary

OmegaT_Home=$root$\OmegaT
Java_Home=$root$\java
Dossiers=$root$\Files\Shared_Dossiers
Tradesk=$root$\Files\Shared_Dossiers
Euramis4Alignment=$root$\Files\Shared_TMX
TradeskLocalPath=$root$\Files\My_Dossiers
OmegaTprojetsPath=$root$\Files\OmegaT_Projects
OmegaTprojetsBkpPath=$root$\Files\Backup
Revised=$root$\Files\Projects-Revised
ToRevise=$root$\Files\Projects-For-Revision
;Java_Home=%JAVA_HOME%

;Tradesk=server
;Euramis=server

[wizard]
EuramisProject=1
; memory usage 30 -> 100 (% of physical memory), default is 50
OTmemUse=20

; uncomment the following line if you will use OmegaT\OmegaT.cmd
;OmegaTCMD=$root$\OmegaT\OmegaT.cmd
;OmegaTCMD=C:\PGM\DGTapps\CAT2017-ext\OmegaT\OmegaT.cmd

;langues=BG:bg-bg,CS:cs-cz,DA:da-dk,DE:de-de,EL:el-gr,EN:en-gb,ES:es-es,ET:et-ee,FI:fi-fi,F
log=none

Helpfile=$root$\OmegaT\docs\other\DGT OMEGAT AND ITS WIZARD - Quick Guide.docx
```

Se o utilizador dispuser das necessárias competências informáticas, o código-fonte do Wizard pode ser alterado/adaptado a outro fluxo de trabalho. No entanto, se for criada a estrutura indicada anteriormente e forem cumpridos os outros requisitos, não é necessário alterar o Wizard.

7.2 Fluxo de trabalho da DGT

O fluxo de trabalho de tradução da DGT é composto por:

1) **Documentos originais para tradução** — armazenados no servidor **Dossiers** (repositório das traduções da DGT) e geridos através do **TraDesk**, que é a aplicação de gestão de documentos da DGT (na versão FOSS, a pasta sugerida é **Shared_Dossiers**).
2) **Memórias de tradução em formato TMX provenientes do pré-tratamento** disponíveis no servidor **Dossiers** na subpasta **\pret** do dossiê relevante para serem utilizadas na criação e atualização dos projetos de tradução (na versão FOSS a pasta sugerida é **Shared_TMX**):
   a) Do **Euramis** (repositório da DGT onde são armazenadas as versões alinhadas (sem formatação) da legislação da UE e dos documentos traduzidos na DGT e noutras instituições da UE nos últimos 20 anos:
      i) **Retrievals**: Extração para um ficheiro TMX de segmentos já traduzidos com (65-100 %) de correspondência relativamente ao(s) documento(s) para tradução;

   ii) **Downloads** (ficheiros TMX de legislação/documentos de referência ou de traduções/versões anteriores com uma correspondência relevante);
   iii) **Extração para um ficheiro TMX de títulos de legislação presentes na base Eur-Lex**.
 b) Do **MT@EC** (serviço de tradução automática da DGT com base no Moses): Ficheiros de tradução automática do(s) documento(s) relevante(s).
3) **Projetos para revisão e revistos**, também armazenados no servidor **Dossiers** e geridos através do **Tradesk** (na versão FOSS, a pasta sugerida é **Projects-for-Revision** e **Projects-Revised**)
4) **Traduções em curso e finalizadas**, armazenadas no servidor **Dossiers** através do **Tradesk** (na versão FOSS, a pasta sugerida é **Shared_Dossiers** tal como no ponto 1).

7.3 Operações que podem ser executadas através do DGT-OT Wizard

O DGT-OT Wizard estabelece a ligação entre o Tradesk — o sistema de gestão de documentos da DGT — e o DGT-OmegaT e permite ao utilizador:

a) Criar projetos com um ou vários documentos com todas as memórias de referência/extrações/tradução automática e também com uma extração IATE. No caso de documentos em formato DOCX, a aplicação Tagwipe eliminará as etiquetas de formatação inúteis;
b) Atualizar projetos com novos documentos originais ou novas versões de documentos já presentes no projeto;
c) Atualizar projetos com novas memórias;
d) Partilhar a memória do projeto através da TeamBase;
e) Enviar projetos para revisão e receber projetos revistos;
f) Enviar documentos traduzidos (em curso ou finalizados) para o TraDesk;
g) Enviar para o Euramis as memórias de documentos finalizados.

Além disso, o Wizard:

a) Faz cópias de segurança automáticas (frequência: 30 minutos) do projeto ativo para um servidor (um espaço pessoal do tradutor no servidor H:) numa operação de fundo, para o caso de haver um problema com o computador (na versão FOSS, a pasta sugerida é **Backup**);
b) Envia automaticamente uma cópia da memória do projeto (em curso), de 30 em 30 minutos, para a(s) pasta(s) ***\pret*** do(s) dossiê(s) relevante(s), para que possa ser utilizada por outro tradutor/revisor, se necessário;
c) Copia todas as memórias (ficheiro TMX com etiquetas de formatação) enviadas para o Euramis através do DGT-OT Wizard para a pasta ***\Final*** do(s) respetivo(s) dossiê(s) do Tradesk para reutilização posterior, por um tradutor que trabalhe com o DGT-OmegaT ou com o SDL Studio;
d) Copia todas as memórias enviadas ao Euramis (através do Wizard) para a subpasta **_PROJECT-MEMORIES** da pasta **OmegaT_Projects** a fim de reunir numa só pasta todas as memórias de traduções finalizadas enviadas para o Euramis, em ficheiros TMX com etiquetas de formatação.

Além disso, o Wizard disponibiliza informações sobre o OmegaT e o DGT-OmegaT: **Guias** do OmegaT standard e do DGT-OmegaT, **News** (Notícias com listas das alterações/melhorias) e um vídeo (não disponível fora da DGT).

Os utilizadores de fora da DGT podem utilizar o Wizard para a maioria das operações, desde que os caminhos relevantes tenham sido definidos no ficheiro **setup.ini** (quer localmente quer num servidor) e os ficheiros relevantes tenham sido copiados para as respetivas pastas.

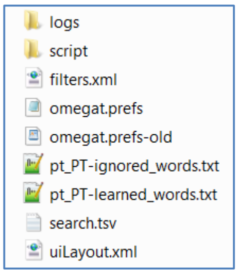
Os serviços internos da DGT — Dossier/Tradesk, Euramis, MT@EC — são substituídos por uma simples partilha de ficheiros.

7.4 Estrutura das pastas e dos projetos — Diferenças em relação ao OmegaT

7.4.1 Estrutura de subpastas da pasta OmegaT_Projects

Quando é instalado, o DGT-OT Wizard cria automaticamente:

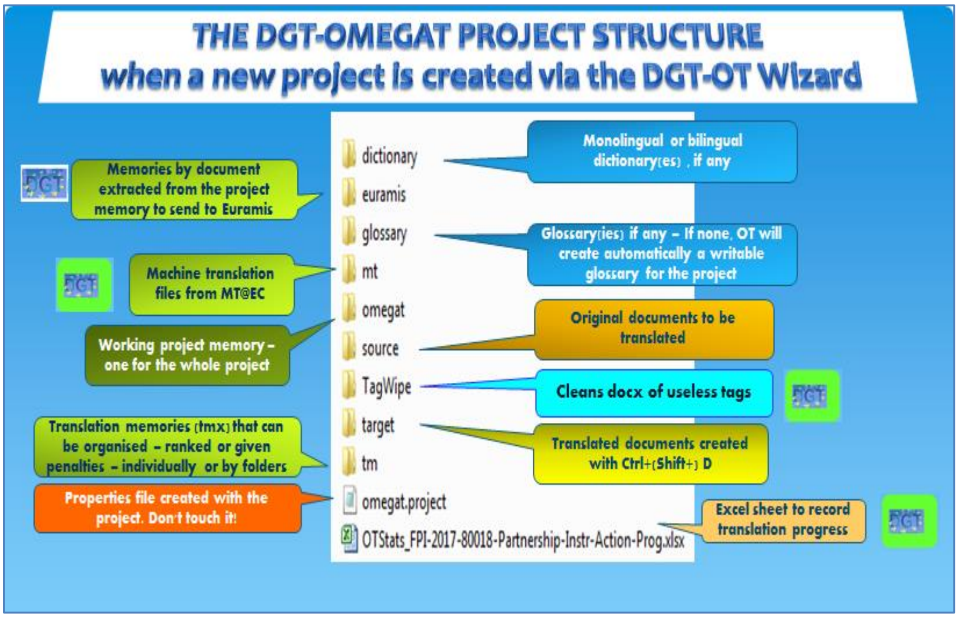
a) Uma pasta chamada **OmegaT_Projects** na qual são criados todos os projetos quando é utilizado o Wizard.
b) Uma subpasta **CONFIG-PERSONAL** na pasta **OmegaT_Projects** onde estão todos os ficheiros de preferências, pesquisas memorizadas e dicionários com palavras acrescentadas e ignoradas. Desta forma, é fácil alterar esses ficheiros.



c) Uma subpasta **_PROJECT-ARCHIVE** para a qual é fácil transferir (arrastar&largar), a partir da pasta **OmegaT_Projects**, os projetos finalizados de forma a não ter — com o passar do tempo — uma longa lista de projetos já finalizados na pasta principal.
d) Uma subpasta **PROJECT-MEMORIES**, para a qual o DGT-OT Wizard transferirá automaticamente uma cópia das memórias dos documentos finalizados no DGT-OmegaT enviadas para o Euramis, reunindo assim automaticamente todas as memórias de projetos (**com etiquetas de formatação**) numa única pasta.

7.4.2 Estrutura das pastas dos projetos

Em relação a projetos criados com o OmegaT, os projetos criados com o DGT-OT Wizard têm as diferenças apresentadas na captura de ecrã *infra*:



a) Uma subpasta **\mt** é automaticamente criada, uma vez que a DGT utiliza tradução automática estática em ficheiros TMX gerados pelo seu serviço interno de tradução automática (MT@EC).
b) Uma subpasta **Tagwipe** é automaticamente criada contendo o Tagwipe, tornando as definições dessa aplicação específicas ao projeto, de modo que, se durante a tradução/atualização dos

projetos o Tagwipe for alterado/melhorado, cada projeto não será afetado e não haverá segmentos indevidamente não traduzidos.

c) Na subpasta **\omegat**, as **regras de segmentação** de cada projeto são também automaticamente tornadas específicas ao projeto, de modo que, se durante a tradução/atualização de grandes projetos, as regras de segmentação forem alteradas/melhoradas, esse projeto em particular não será afetado (e não haverá segmentos indevidamente não traduzidos).

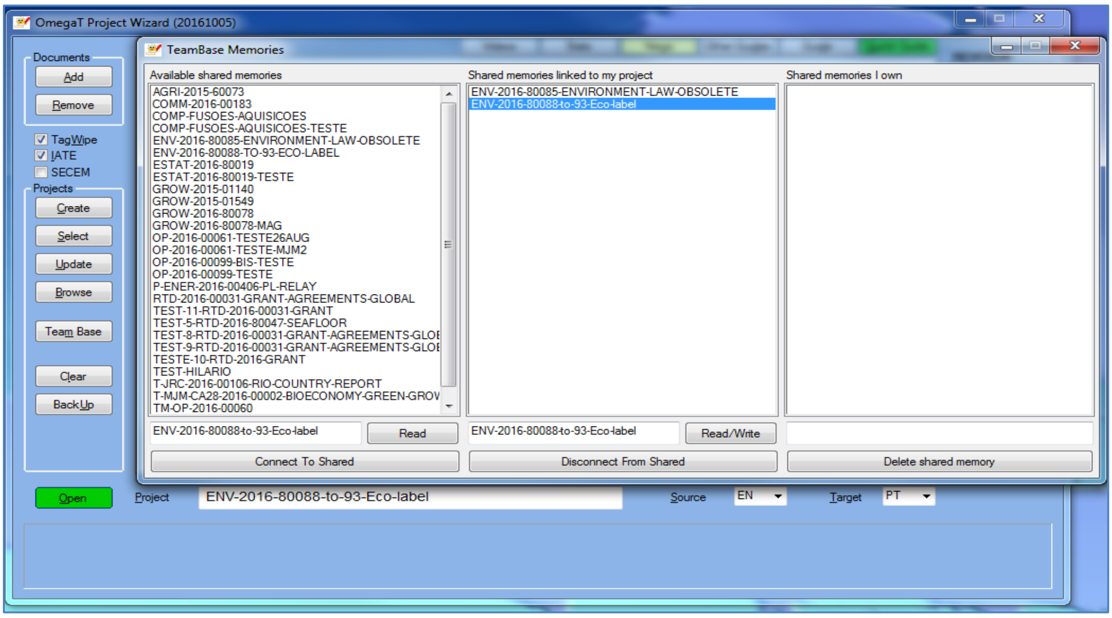
d) As subpastas **\tmx2source** e **\penalty-50** são automaticamente criadas para serem utilizadas em **View Other Target Languages** (Consulta de outras línguas de chegada) (conforme explicado na parte 1 deste artigo).

e) A subpasta **\euramis** é automaticamente criada para que, quando são geradas as memórias de tradução individuais de documentos finalizados a enviar ao Euramis, esses ficheiros sejam armazenados nesta pasta. Quando essas memórias são enviadas ao Euramis, o DGT-OT Wizard transfere-as para a subpasta **euramis\sent**. Cada uma destas memórias contém todos os segmentos (com etiquetas de formatação) de um determinado documento, sem segmentos órfãos nem notas.

7.5 TeamBase — partilhar memórias em tempo real através do DGT-OT Wizard

Na Secção 6 já foi explicado como funciona a TeamBase, a qual pode ser utilizada de forma independente.

Nesta secção, é apresentado sucintamente o seu modo de utilização na DGT a partir do DGT-OT Wizard e como é possível utilizá-la fora da DGT depois de a TeamBase estar instalada no servidor escolhido e de o seu caminho e senha estarem definidos.



A ligação à TeamBase através do DGT-OT Wizard é simples e convivial. Para criar uma nova memória TeamBase ou para se ligar a uma memória criada por um colega, basta clicar em TeamBase no Wizard e escolher uma memória TeamBase já criada ou aceitar a criação de uma nova memória (nome livre) e selecionar o modo pretendido (**Read** ou **Read/Write**). O Wizard encarrega-se da definição de todos os parâmetros.

Para se desligar de qualquer uma das memórias TeamBase a que o utilizador esteja ligado, basta apenas, no Wizard, clicar em TeamBase na coluna do meio — **Shared memories linked to my project** — selecionar a memória a desligar e clicar em **Disconnect From Shared**.

Na janela TeamBase, na coluna da esquerda, são apresentadas as memórias já criadas e a que o tradutor pode aceder em modo **Read**.

O tradutor pode criar uma memória TeamBase, permanecer ligado ou ligar-se e desligar-se a qualquer momento.

Ao criar uma memória TeamBase, os parâmetros de configuração são selecionados automaticamente sem qualquer outra ação por parte do utilizador.

Quando a TeamBase é utilizada através do Wizard, só pode ser usado o modo memória — uma memória TeamBase (TMX) que é automaticamente criada num servidor e que recebe uma cópia dos novos segmentos traduzidos ou alterados de todos os tradutores a ela ligados em modo **Read/Write** (enviando segmentos e recebendo segmentos de todos os tradutores ligados a essa memória TeamBase específica). Em modo **Read**, o tradutor recebe apenas segmentos dos outros tradutores.

De salientar que, no que diz respeito a segmentos já traduzidos, apenas os segmentos reabertos e alterados no DGT-OmegaT serão enviados para a TeamBase quando o modo **Read/Write** está selecionado. Isso significa também que os segmentos pré-traduzidos não serão enviados para a TeamBase.

Quando se utiliza a TeamBase através do Wizard, os parâmetros são predefinidos e não podem ser alterados.

Os seguintes parâmetros são automaticamente extraídos do projeto DGT-OmegaT criado através do Wizard:

a) Nome do projeto por omissão (mas o nome da memória TeamBase pode ser alterado pelo utilizador quando da primeira ligação à TeamBase)
b) Línguas de partida e de chegada
c) Servidor da base de dados
d) Porta
e) Base de dados
f) Utilizador
g) Senha

Os seguintes parâmetros são pré-selecionados e não podem ser alterados através do Wizard:

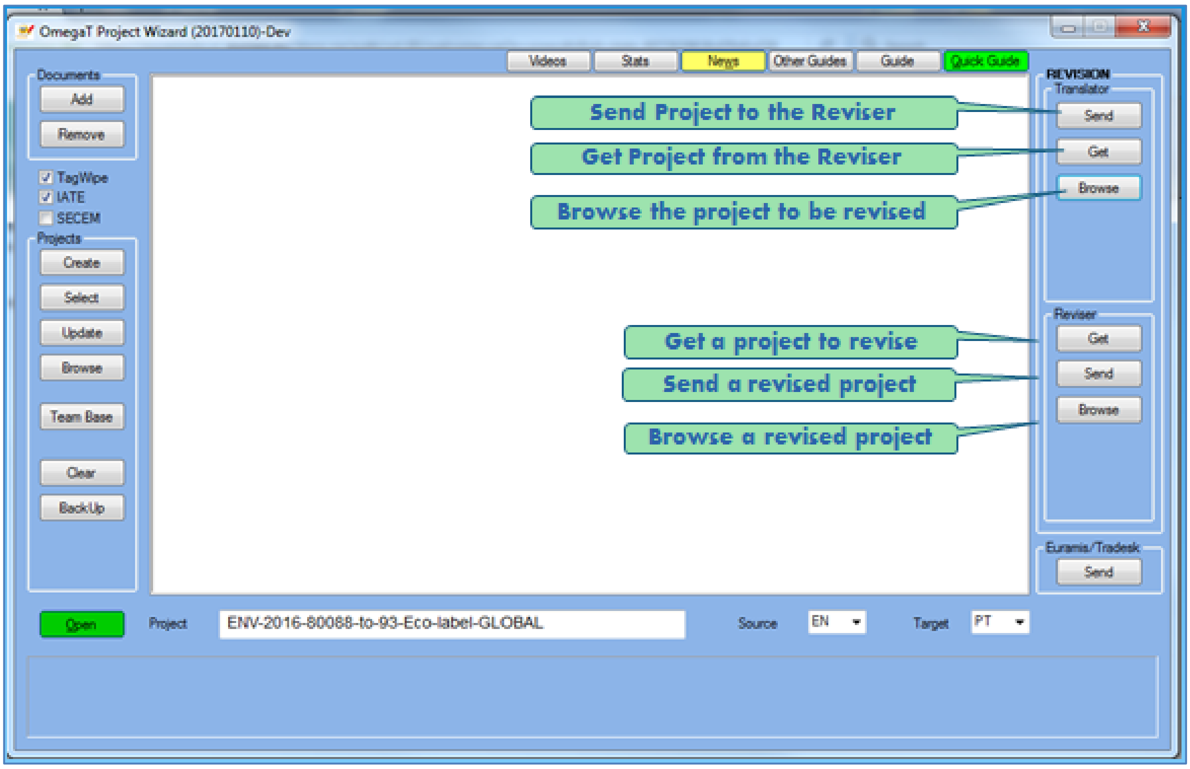
a) Modo de funcionamento da TeamBase: modo memória
b) Tipo de memória partilhada: memória de estrutura livre
c) Manter segmentos com o mesmo texto de partida: um por autor
d) Guardar as propriedades

As seguintes funções da TeamBase não podem ser utilizadas através do Wizard:

a) Modo projeto
b) Glossários partilhados
c) Herança

7.6 Fluxo de trabalho da revisão

O fluxo de trabalho da revisão para os utilizadores do DGT-OmegaT (tanto para tradutores como para revisores) foi automatizado através do DGT-OT Wizard.



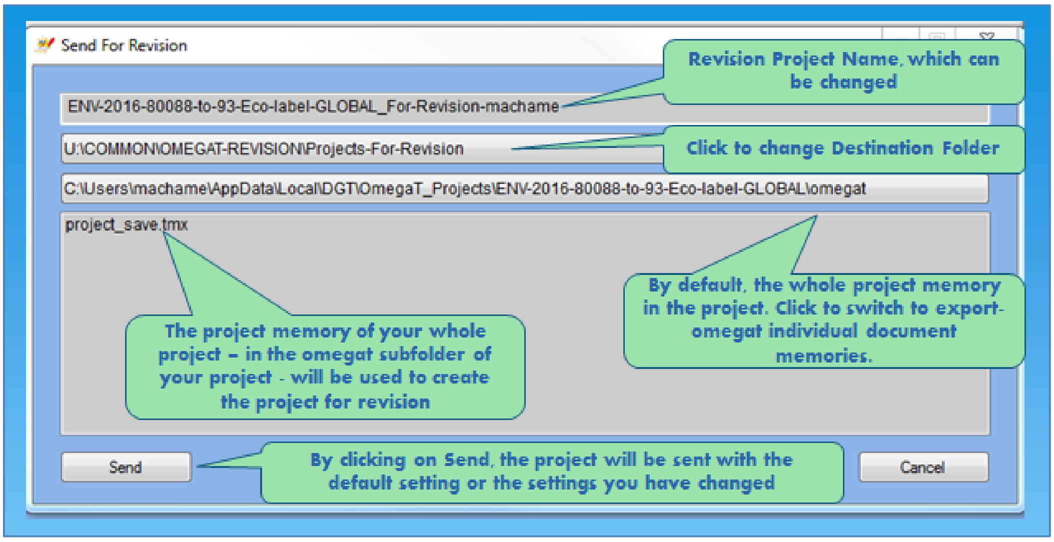
O DGT-OT Wizard pode ser utilizado pelo:

a) **Tradutor** para enviar (**Send**) facilmente para o revisor todo o projeto para revisão ou, se necessário, em caso de projetos multidocumentos, apenas uma parte dos documentos do projeto;
b) **Tradutor** para também percorrer (**Browse**) o projeto para revisão — depois de o ter enviado — a fim de reorganizar as pastas, por exemplo, apagando ficheiros TMX na subpasta **\tm** do projeto que não tenham interesse para o revisor;
c) **Revisor** para receber (**Get**) o projeto para revisão e copiá-lo para o seu computador e, posteriormente, para o enviar (**Send**) para o tradutor para finalização (se o tradutor tiver a última palavra);
d) **Revisor** também para percorrer (**Browse**) o projeto revisto e reorganizá-lo se assim o desejar;
e) **Tradutor** para receber (**Get**) o projeto revisto para finalização.

Destacamos aqui apenas o envio de um projeto para revisão, uma vez que é a fase do processo que implica alterações na estrutura/ficheiros do projeto. As outras operações implicam apenas a cópia e a renomeação do projeto.

A opção por omissão, na janela **Send for Revision**, é copiar o projeto para um local por omissão no servidor e o projeto é automaticamente reorganizado, copiando a memória do projeto (***project_save.tmx*** da subpasta ***omegat***) para a subpasta **\tm\auto\draft** do projeto para revisão, de modo que o revisor — mesmo que mude um segmento — possa sempre ver, no painel **Fuzzy Matches**, os segmentos tal como traduzidos pelo tradutor e com as diferenças marcadas com marcas de revisão.

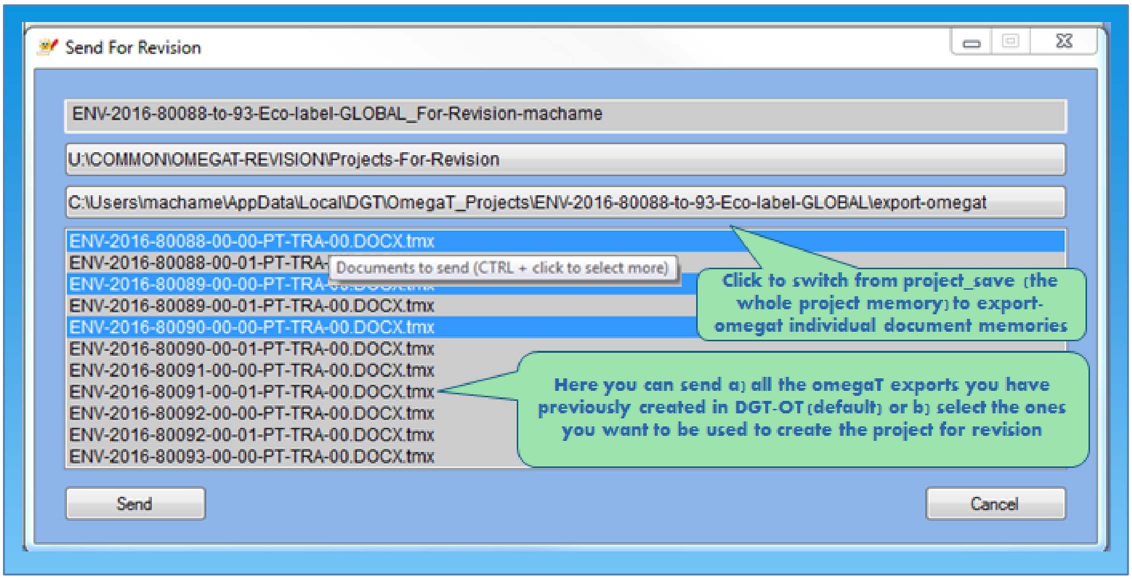
No entanto, na janela que se abre, o tradutor pode optar por alterar qualquer dos campos, bastando clicar em qualquer deles, conforme ilustrado na captura de ecrã *infra*.



Mas o tradutor pode não querer enviar a memória de todo o projeto, porque:

a) Num projeto multidocumentos, apenas alguns documentos estão prontos para revisão; ou
b) Quando há muitas versões de um ou mais documentos, pode haver muitos segmentos «órfãos» (ou seja, segmentos que foram traduzidos nas versões anteriores mas que já não constam do documento final enviado para revisão e que, por conseguinte, não foram cuidadosamente verificados pelo tradutor).

Nesse caso, no DGT-OmegaT, o tradutor pode executar a rotina **Create OmegaT Export** gerando, assim, as memórias dos documentos escolhidos a enviar para revisão.



8. Agradecimentos

Esperamos que estas aplicações possam ser úteis para utilizadores fora da DGT, tal como o OmegaT tem sido útil para nós.

E porque as pessoas são importantes, gostaríamos de agradecer a:

- Em primeiro lugar, **Didier Briel** e **programadores** do OmegaT pelo seu trabalho notável e por estarem tão atentos às necessidades dos tradutores... sendo que alguns deles são eles próprios tradutores!
- Entusiastas que publicam rotinas, guias e vídeos que ajudaram imenso a compreender como o OmegaT funciona e a adaptá-lo às nossas necessidades, nomeadamente **Vito Smolej**, **Susan Welsh**, **Marc Prior**, **Roman Mironov**, **Kos Ivantsov** e aos muitos participantes no grupo de utilizadores do OmegaT.
- Na **DGT**:
  - **Rytis Martikonis**, diretor-geral da DGT, e **Dieter Rummel**, chefe de unidade de Informática da DGT, pela sua abertura de espírito
  - Colegas dos Departamentos de Língua Portuguesa (DLPT) e de Língua Grega (DLEL): pelo seu interesse, sugestões e perguntas, que nos permitiram identificar o que é mais importante para um (novo) utilizador no nosso ambiente de trabalho e em especial a: **Stratos Meintanopoulos** (DLEL) e **Helena Lopes dos Santos**, **Anabela Pombo Rodrigues** e **Mário Vilar** (DLPT)

Maria.Machado@ec.europa.eu
Thomas.Cordonnier@ext.ec.europa.eu
Hilario.Fontes@ec.europa.eu

---

(1) «*Software* livre e de código aberto: OmegaT na DGT, Wizard, Tagwipe e TeamBase (parte 1)» *in* «a folha» n.º 54 — verão de 2017, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha54_pt.pdf.
(2) Para uma comparação mais aprofundada, ver Silvestris Laboratory, *Cyclotis inside OmegaT, compared to other solutions: What you share and don't share*, http://www.silvestris-lab.org/node/21#how-share.
(3) DGT-OmegaT web site, *Teambase*, http://185.13.37.79/?q=node/20.

Notas sobre povos, línguas, topónimos e ortografia de Moçambique

Paulo Correia
Jorge Madeira Mendes
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

MOÇAMBIQUE top. (África), de موسى مبيكي (***mûsâ mbikî***), «Moisés [filho] de Mbiki» [n. de um dos chefes muçulmanos que primitivamente se estabeleceram na costa; (…)] — país do sudeste do continente; *ilha de …*, no norte do país.(1)

Povos e línguas nacionais de Moçambique

Em Moçambique, além da língua oficial (o português), falam-se várias **línguas nacionais** (com as suas variantes internas e variantes-padrão), do grupo banto, que, no entanto, não aparecem enumeradas na Constituição da República(2). Em 1980, foi criado na Universidade Eduardo Mondlane o NELIMO — Centro de Estudos de Línguas Moçambicanas (originalmente, Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas) para a promoção e o desenvolvimento das línguas nacionais.

Do ponto de vista etnolinguístico, o povo moçambicano é composto por vários **povos**, alguns deles habitando áreas que vão para além das fronteiras da República de Moçambique. É o caso dos macondes, a norte, mas também dos xonas, a leste, ou dos changanas, a sul.

No quadro seguinte apresentam-se algumas línguas nacionais e os etnónimos correspondentes. Os nomes em português são os registados no *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC)[3] e em dicionários de língua portuguesa.

ISO 639-3	**glossónimo** **etnónimo**			**%**[4]	**outros países**	**IATE**
	pt	**língua nacional**	**outras var.**			
	macua (emacua)	*Emakhuwa*	*eMakhuwa*	24,8	TZ MW	3574906
	macua(s)	*Makhuwa*				3546826
seh	sena (xissena)	*Cisena*	*Chisena*	11,2	MW	3574907
	sena(s)					3575069
tso	changana[5] (xichangana)	*Xichangana*		11,2	ZA ZW SW	3574908
	changana(s)		*Shangaan*			3575169
ngl	lómue (elómue)	*Elomwe*	*eLomwe*	7,9	—	3574909
	lómue(s)					3546827
sna	xona[6] (chixona)	*Cishona*	*chiShona*	6,6	ZW ZM	1451614
	xona(s) (vaxona(s))	*vaShona*				3546830
tsc	tsua[7] (xítsua)	*Xitswa*	*Citshwa*	4,7	—	3574910
rng	ronga[8] (xirronga)	*Xironga*	*Xirhonga* *ShiRonga*	3,9	ZA	3575065
	ronga(s)					
nya	nianja (chinianja)	*Chinyanja*	*Chichewa*	3,8	ZM MW ZW	1451603
	nianja(s)	*Nyanja*	*Chewa*			
nyu	nhúngue[9] (chinhúngue)	*Cinyungwe*	*Chinyungwi*	2,8	—	3574911
	nhúngue(s)					
cce	chope (chichope)	*Cicopi*	*Chichopi* *Copi*	2,5	—	3575066
	chope(s)	*Chopi*				3546833
yao	ajaua	*Ciyao*	*Chiyao*	2,3	MW TZ	3575067
	ajaua(s)					3546829
kde	maconde (ximaconde)	*Shimakonde*	*Kimakonde*	2,3	TZ MW	3575068
	maconde(s)	*Makonde*				3546828

Toponímia moçambicana

Na toponímia, e contrariamente ao caso angolano[10], as fontes oficiais moçambicanas utilizam quase exclusivamente as regras ortográficas do português, e não regras ortográficas próprias das línguas bantas[11] ou grafias híbridas banto-português. Algumas exceções notáveis: Cahora-Bassa, Chókwè[12], N'gauma.

No quadro seguinte, apresentam-se as atuais 11 províncias moçambicanas, de norte para sul e de oeste para leste, e as respetivas capitais e gentílicos provinciais. A cidade de Maputo é equiparada a uma província. Além da ortografia em português, indica-se para as províncias e capitais uma possível ortografia banta.

ISO 3166	província		capital		gentílico provincial	IATE
MZ-	pt	língua nacional	pt	língua nacional		
A	Niassa	Nyasa	Lichinga[13]	Licinga	niassense	
P	Cabo Delgado	Kabu Delgadu	Pemba[14]	Pemba	cabo-delgadense	
N	Nampula	Nampula	Nampula	Nampula	nampulense	
Q	Zambézia	Zambezia	Quelimane	Kilimani	zambeziano	
T	Tete	Tete	Tete	Teti	tetense	
B	Manica	Manyika	Chimoio[15]	Cimoyo	maniquense	
S	Sofala	Sofala	Beira[16]	Beira	sofalense	
G	Gaza	Gaza	Xai Xai[17]	Xai-Xai	gazense	
I	Inhambane	Nyambani	Inhambane	Nyambani	inhambanense	
L	Maputo	Maputu	Matola[18]	Matola	maputense	
MPM	Maputo (cidade)	Maputu	Maputo[19]	Maputu	maputense	1891502

A capital de Moçambique, **Maputo**, designou-se Lourenço Marques até 1976. Maputo é o nome de um emblemático rio do extremo sul de Moçambique (o do lema «Viva Moçambique unido do Rovuma ao Maputo» — notar o artigo «o» para o Maputo, rio), na fronteira com a província sul-africana do Cuazulo Natal. Outras hipóteses para o novo nome pós-independência foram Cidade de Eduardo Mondlane e Campfumo (ka + Mpfumo — local de residência do clã Mpfumo). Presumivelmente, a primeira alternativa («Cidade de Eduardo Mondlane») terá sido rejeitada para evitar o «culto da personalidade»; a segunda («Campfumo») para evitar conotações regionalistas no nome da capital de um país multiétnico. Campfumo é atualmente o nome de um distrito urbano do centro da cidade de Maputo.

Em anexo a este artigo apresenta-se a lista completa das províncias moçambicanas e dos respetivos distritos[20], como referidos no VOC.

Ortografia(s) do português moçambicano

> A necessidade da criação de recursos para aplicação do AO em Moçambique prende-se com o facto de que não existiam, até agora, recursos linguísticos de caráter normalizador que fossem representativos da língua portuguesa escrita neste país, pelo que muitas palavras usadas — tanto as decorrentes da vitalidade criativa intrínseca de qualquer língua, como as que têm origem nas línguas *bantu* e outras faladas em Moçambique — não têm a sua grafia estabilizada. (…)
> A informação fornecida no VOMOLP inclui, pois, características formais do léxico do português de Moçambique, tais como a ortografia, a flexão, a classe gramatical. Inclui também um vasto vocabulário onomástico (toponímico) e, gradualmente, incluirá mais léxico de especialidade, cobrindo em particular nomes de espécies vegetais e animais não existentes noutras partes do mundo em que o português é falado.[21]

A ortografia portuguesa até agora utilizada na Internet pelas autoridades moçambicanas[22] na toponímia e etnoglossonímia segue essencialmente o acordo ortográfico de 1945 (AO45) anterior às alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 32/73, de 6 de fevereiro, o que é bem visível na utilização ainda corrente do **acento grave** na terminação «uè» para termos não agudos de origem banta em que o «e» final é aberto. Para estes termos moçambicanos também se encontram grafias alternativas pré- e pós-73, ou segundo as regras ortográficas das línguas bantas locais ou ainda com formas híbridas banto-português.

Nos *Vocabulário Ortográfico Moçambicano da Língua Portuguesa* (VOMOLP) e *Vocabulário Toponímico* (VT)[23], integrados no VOC, elaborados em preparação para a aplicação do acordo ortográfico de 1990 (AO90) em Moçambique, a equipa moçambicana do VOC adotou uma única grafia para estes casos. São ainda apresentadas soluções, por exemplo, para as **consoantes pré-nasaladas** próprias das línguas bantas.

Alguns exemplos retirados de páginas do governo moçambicano na Internet (site:gov.mz) e dos VT e VOMOLP (tendo em conta o AO90 e a pronúncia efetiva de topónimos e etnoglossónimos):

a) terminação em «ue»

site:gov.mz						VT e VOMOLP	
AO45 pré-73	**AO45 pós-73**			**híbrido**	**banto**	**AO90**	**divisão silábica**
Báruè	Bárue	Barué	Barue	Bárwè	Barwe	**Bárue**	Bá·ru·e
Chócuè	—	—	—	Chókwè	—	**Chócue**	Chó·cu·e
Guruè **Gúruè**	 Gúrue	Gurué	Gurue	—	—	**Gurue**	Gu·ru·e
Marínguè	Maríngue	Maringué	Maringue	—	Maringwe	**Maríngue**	Ma·rín·gue
Máguè **Mágoè**	Mágue Mágoe	 Magoé	Mague Magoe	—	—	**Mágue**	Má·gue
Molócuè	Molócue	Molocué	Molocue	—	Molokwe	**Molócue**	Mo·ló·cu·e
Ribauè **Ribáuè**	 Ribáue	Ribaué	Ribaue	 Ribáwè	Ribawe	**Ribaue**	Ri·bau·e
Ulónguè[24]	Ulóngue					**Ulóngue**	U·lón·gue
—	—	lomué	lomue	lómwè	Lomwe	**lómue**	ló·mu·e
nhúnguè	nhúngue	nhungué	nhungue	nhungwe	Nyungwe	**nhúngue**	nhún·gue

Reparar no caso dos termos com terminação em «gue» e acentuadas na penúltima sílaba, em que a pronúncia é «güè» [u-e].

Estas soluções da equipa do VOMOLP podem ser alargadas a topónimos do mesmo tipo na restante África Austral. Destaca-se o caso do topónimo Zimbábuè[25] (Zim·**bá**·bu·e), que, com a reforma de 1973 do AO45, passou a ser grafado em português de três formas diferentes, todas elas podendo afetar a leitura:

- **Zimbábue** (Zim·bá·bu·e) — mantém a sílaba tónica original, ficando a pronúncia do «e» final aberto/fechado dependente do conhecimento prévio do leitor (*Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*[26]; *Infopédia*);
- **Zimbabué** (Zim·ba·bu·é) — muda a sílaba tónica para a última sílaba (*Código de Redação Interinstitucional*, Priberam);
- **Zimbabue** (Zim·ba·bu·e) — ocorre raramente, muda a sílaba tónica para a penúltima sílaba.

Também o topónimo Lilónguè (Li·lón·gue) levanta algumas questões na ortografia pós-73, podendo conduzir a quatro formas diferentes:

- **Lilóngue** (Li·lón·gue) — «o» não nasalado pelo «n»; com o acento no «o» lê-se o «u» em «gue» (cf. multilíngue), ficando a pronúncia do «e» final aberto/fechado dependente do conhecimento prévio do leitor;
- **Lilôngue** (Li·lôn·gue) — «o» nasalado pelo «n»; com o acento no «o» lê-se o «u» em «gue» (cf. multilíngue), ficando a pronúncia do «e» final aberto/fechado dependente do conhecimento prévio do leitor;
- **Lilongué** (Li·lon·gué) — muda a sílaba tónica para a última sílaba (*Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*; *Código de Redação Interinstitucional*; *Código de Redação Interinstitucional*);
- **Lilongue** (Li·lon·gue) — sem acento, não se lê o «u» em «gue» (cf. multilingue).

b) início em «inha»

Fundamentalmente no litoral da metade sul de Moçambique aparecem vários topónimos em que o aportuguesamento do som inicial «nha» (transcrito como «*nya*» ou «*nyia*» nas línguas bantas) é feito acrescentando um «i» no início. Exemplos retirados do VOC:

- **Inhassunge** (Nyasunje) ilha e posto a sul de Quelimane
- **Inhassoro** (Nyasoro) em frente à ilha do Bazaruto
- **Inhambane** (Nyambani) baía e cidade
- **Inharrime** (Nyarime) rio e vila
- **Inhaca** (Nyaka) ilha no fecho da baía de Maputo

Mas:

- **Niassa** (Nyasa) lago no noroeste do país
- **nianja** (*nyanja*) embora também se encontrem referências à língua «nhanja»
- **Nhamatanda** (Nyamatanda) localidade no interior de Sofala
- **nhúngue** (*nyungwe*) embora também se encontrem referências à língua «inhúngue»

c) consoantes pré-nasaladas

Nestes casos, a equipa moçambicana do VOC optou por acrescentar uma vogal intermédia (epêntese) no caso de Mbalane, grafado como **Mabalane** (Ma·ba·la·ne), ou por suprimir a pré-nasalação (aférese), no caso de Ngauma ou N'gauma, grafado como **Gaúma**.

Um caso deste tipo na África Austral é a capital da Suazilândia:

> Mbabane (/(əm)bɑˈbɑn(i)/) — Mababane ou Mebabane ou Babane ou Ambabane? O VOC optou aqui por **Mebabane**.

d) ss ou ç

O som /s/ intervocálico é representado por «ss». Além de Moçambique (palavra de origem árabe), a equipa do VOC apenas regista «ç» em Manhiça, oitenta quilómetros a norte da cidade de Maputo (notar a ausência de artigo em Maputo, cidade).

e) topónimos compostos

Nestes casos, a equipa do VOC optou por eliminar o hífen em topónimos como Xai Xai e Caora Bassa (notar aqui também a eliminação do «h» em Cahora).

Paulo.Correia@ec.europa.eu
Jorge-Madeira.Mendes@ec.europa.eu

Anexo: Lista de províncias e distritos de Moçambique segundo o VOC

Niassa				
Lichinga Chimbonila Cuamba Gaúma	Lago Majune Mandimba Marrupa	Maúa Mavago Mecanhelas Mecula	Metarica Muembe Nipepe Sanga	
Cabo Delgado				
Pemba Ancuabe Balama Chiúre	Ibo Macomia Mecúfi Meluco	Metuge Mocímboa da Praia Montepuez Mueda	Muidumbe Namuno Nangade Palma	Quissanga
Nampula				
Nampula Angoche Eráti Ilha de Moçambique Lalaua	Larde Liúpo Malema Meconta Mecubúri	Memba Mogovolas Moma Monapo Mongicual[27]	Mossuril Muecate Murrupula Nacala Porto Nacala-a-Velha	Nacaroa Rapale Ribaue
Zambézia				
Quelimane Alto Molócue Chinde Derre Gilé	Gurue Ile Inhassunge Luabo Lugela	Maganja da Costa Milange Mocuba Mocubela Molumbo	Mopeia Morrumbala Mulevala Namacurra Namarrói	Nicoadala Pebane
Tete				
Tete Angónia Caora Bassa	Changara Chifunde Chiúta	Doa Macanga Mágue	Marávia Moatize Mutarara	Sangano Zumbo
Manica				
Chimoio Bárue Gondola	Guro Macate Machaze	Macossa Manica Mossurize	Sussundenga Tambara	
Sofala				
Beira Búzi Caia	Chemba Cheringoma Chibabava	Dondo Gorongosa Machanga	Maríngue Marromeu Muanza	Nhamatanda
Inhambane				
Inhambane Funhalouro Govuro	Homoíne Inharrime Inhassoro	Jangamo Mabote Massinga	Maxixe Morrumbene Panda	Vilanculo[28] Zavala
Gaza				
Xai Xai Bilene Chibuto	Chicualacuala Chigubo Chócue	Guijá Mabalane Manjacaze	Massangena Massingir	
Maputo				
Matola Boane	Magude Manhiça	Marracuene Matutuíne	Moamba Namaacha	
Cidade de Maputo				
Campfumo Catembe	Chamanculo Inhaca	Mavota Maxaquene	Mubucuane	

---

[1] Alves, A., *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Lisboa, 2013, ISBN 978-972-27-2163-9.
[2] Portal do Governo de Moçambique, Constituição da República, http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF.
[3] Instituto Internacional da Língua Portuguesa, *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*, http://voc.iilp.cplp.org/.

[4] Cf. Wikipedia, «Languages of Mozambique», https://en.wikipedia.org/wiki/Languages_of_Mozambique.
[5] Língua do sistema tsonga.
[6] Na Infopédia, chona.
[7] Língua do sistema tsonga. Termo não registado no VOMOLP.
[8] Língua do sistema tsonga.
[9] Variante: inhúngue.
[10] Cf. «Notas sobre povos, línguas e topónimos bantos de Angola» *in* «a folha», n.º 54 — verão de 2017, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha54_pt.pdf.
[11] Cf. Wikipédia, «Distritos de Moçambique por ordem alfabética», https://pt.wikipedia.org/wiki/Distritos_de_Mo%C3%A7ambique_por_ordem_alfab%C3%A9tica.
[12] Vila Trigo de Morais, até 1975.
[13] Vila Cabral, até 1975.
[14] Porto Amélia, até 1975.
[15] Vila Pery, até 1975.
[16] Chiveve, até 1907. O atual nome homenageia o príncipe da Beira, D. Luís Filipe, filho de D. Carlos, que visitou Moçambique em 1907. Depois da independência do Brasil, os herdeiros da coroa portuguesa usavam o título de príncipe da Beira, província portuguesa. Chiveve manteve-se como nome do pequeno rio que atravessa a cidade.
[17] João Belo, até 1975.
[18] Vila e depois Cidade Salazar, até 1975.
[19] Lourenço Marques, até 1976. Maputo é o nome de rio do extremo sul de Moçambique.
[20] O território da província ultramarina de Moçambique estava dividido administrativamente em distritos (atuais províncias), subdivididos em concelhos e circunscrições (atuais distritos). A atual terminologia já era utilizada nos últimos anos antes da independência (1972-1975), quando Moçambique passou a designar-se Estado de Moçambique.
[21] Instituto Internacional da Língua Portuguesa, *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa — Machungo, I. (coord.), VOMOLP: Vocabulário Ortográfico Moçambicano da Língua Portuguesa*, Maputo, 2017, http://voc.cplp.org/index.php?action=von&von=mz.
[22] Pesquisar termos no Google com o domínio site:gov.mz.
[23] Instituto Internacional da Língua Portuguesa, *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa — Vocabulário Toponímico*, http://voc.cplp.org/index.php?action=toponyms.
[24] Sede do distrito da Angónia.
[25] Rodésia, até 1979. O termo Zimbábue surgiu nos anos 60 do século XX entre os movimentos nacionalistas negros, como designação alternativa a Rodésia (de Cecil Rhodes).
[26] Instituto Internacional da Língua Portuguesa, *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa — Vocabulário Toponímico*, «Zimbabué», http://voc.cplp.org/index.php?action=toponyms&match=exact&search=Zimb%C3%A1bue.
[27] Mogincual, https://www.google.pt/maps/place/Mogincual,+Mo%C3%A7ambique.
[28] Vilanculos, https://www.google.pt/maps/place/Vilanculos,+Mo%C3%A7ambique.

Lituânia — ficha do país

Rasa Sakalaitė
Paulo Correia
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Nesta ficha de país reúne-se informação terminológica relativa à Lituânia que se encontra dispersa por vários documentos normativos ou de referência das instituições europeias.

Apresenta-se em anexo a esta ficha uma tabela com o alfabeto lituano, os símbolos fonéticos correspondentes às letras e transliterações aproximadas em português.

REPÚBLICA DA LITUÂNIA (IATE: 861201)

CAPITAL: Vílnius
GENTÍLICO/ADJETIVO: lituano/a(s)
MOEDA: euro[1]
SUBDIVISÃO: cent[2]

Principais cidades:	Vílnius, Caunas, Klaipėda, Šiauliai, Panevėžys
Rios:	Nemunas, Neris
Lagos:	laguna da Curlândia
Serras:	Aukštojas (293,8 m)

Subdivisões administrativas

#	lituano (Eurostat)	português	inglês	IATE
10	apskritis	distrito	county	3532165
60	savivaldybė	município	municipality	3532196
518	seniūnija(3)	freguesia	elderate	3532199

Fonte: Eurostat, *Nomenclature of territorial units for statistics: National Structures (EU)*, http://ec.europa.eu/eurostat/web/nuts/national-structures-eu

Regiões estatísticas

NUTS	LIETUVA	LITUÂNIA	LITHUANIA	IATE
LT001	Alytaus apskritis	distrito de Alytus	Alytus county	—
LT002	Kauno apskritis	distrito de Caunas	Kaunas county	—
LT003	Klaipėdos apskritis	distrito de Klaipėda	Klaipėda county	—
LT004	Marijampolės apskritis	distrito de Marijampolė	Marijampolė county	—
LT005	Panevėžio apskritis	distrito de Panevėžys(4)	Panevėžys county	—
LT006	Šiaulių apskritis	distrito de Šiauliai	Šiauliai county	—
LT007	Tauragės apskritis	distrito de Tauragė(5)	Tauragė county	—
LT008	Telšių apskritis	distrito de Telšiai	Telšiai county	—
LT009	Utenos apskritis	distrito de Utena	Utena county	—
LT00A	Vilniaus apskritis	distrito de Vílnius	Vilnius county	—

Fonte: Serviço das Publicações, *Código de Redação Interinstitucional*: Anexo 10 — Lista das Regiões, http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5001000.htm.
Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) (versão consolidada de 2016), http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:02003R1059-20161219.

Órgãos judiciais

#	lituano	português	inglês	IATE
49	apylinkės teismas	tribunal de comarca	district court	3545779
5	apygardos teismas	tribunal regional	regional court	3545778
5	apygardos administracinis teismas	tribunal administrativo regional	regional administrative court	3545781
1	Lietuvos apeliacinis teismas	Tribunal de Recurso da Lituânia	Court of Appeal of Lithuania	3545845
1	Lietuvos Aukščiausiasis Teismas	Supremo Tribunal da Lituânia	Supreme Court of Lithuania	3545783
1	Vyriausiasis administracinis teismas	Supremo Tribunal Administrativo	Supreme Administrative Court	3545782
1	Lietuvos Respublikos Konstitucinis Teismas	Tribunal Constitucional da República da Lituânia	Constitutional Court of the Republic of Lithuania	3545777

Portal Europeu da Justiça. *Sistemas judiciais nos Estados-Membros — Lituânia*, https://e-justice.europa.eu/content_judicial_systems_in_member_states-16-lt-pt.do?member=1

Rasa.Sakalaite@ec.europa.eu
Paulo.Correia@ec.europa.eu

Anexo: alfabeto lituano

O alfabeto lituano é derivado do alfabeto latino, incluindo nove carateres suplementares formados por adição de diacríticos, assinalando nomeadamente nasalização de vogais:

A, Ą, B, C, Č, D, E, Ę, Ė, F, G, H, I, Į, Y, J, K, L, M, N, O, P, R, S, Š, T, U, Ų, Ū, V, Z, Ž

No alfabeto lituano, a letra Y aparece colocada entre o Į e o J. As letras Q, W e X são utilizadas exclusivamente na citação de palavras/expressões estrangeiras e em nomes próprios estrangeiros, segundo regras bem estritas(6). Os dígrafos CH, DZ e DŽ não fazem parte do alfabeto.

As consoantes são sempre palatalizadas antes de E, Ę, Ė, I, Į e Y. Antes de A, Ą, O, U, Ų e Ū a palatalização faz-se pela inserção de um I entre a consoante e essas vogais. Existem os ditongos AI, AU, EI, EU, IE, OI, OU, UI e UO.(7)

letra lituana	**fonética (AFI)**	**equivalente português**	**nome lituano**	**«transliteração»**
A a	/ɐ/ /äː/	a (em *a*não) a (em v*á*)	***a**štuoni* (oito)	axtuoni
Ą ą	/äː/	a (em v*á*)	***ą**žuolas* (carvalho)	ajuolass
B b	/b/	b (em *b*ola)	***b**alandis* (abril)	balandiss
C c	/t͡s̪/	ts (em *ts*unâmi)	***c**itrina* (limão)	tsitrina
Č č	/t͡ʃ/	tch (em *Tch*aikovsky)	***č**esnakas* (alho)	tchesnakass
Ch ch	/x/	rr lisboeta (em ca*rr*o)	***ch**oras* (coro)	rorass
D d	/d̪/	d (em *d*ente)	***d**ėkui* (obrigado)	dekui
Dz dz	/d͡z̪/	dz (em *dz*eta)	***dz**iudo* (judo)	dziudo
Dž dž	/d͡ʒ/	dj (em *dj*amba)	***dž**iaugsmas* (alegria)	djaugsmass
E e	/ɛ/ (ẹ) /æː/	e (em *é*gua) e (em p*e*dra)	***e**žys* (ouriço)	ejiss
Ę ę	/æː/	e (em p*e*dra)	*sk**ę**sti* (afogar)	skesti
Ė ė	/eː/	e (em *e*clusa)	***ė**riukas* (cordeiro)	eriukass
F f	/f/	f (em *f*aca)	***f**iga* (figo)	figa
G g	/g/	g (em *g*ato)	***g**elbėkite* (socorro)	guelbekite
H h	/ɣ/	g (em a*g*ora)	***h**erbas* (escudo de armas)	guerbass
I i	/ɪ/	e (em gaf*e*)	***i**nkstas* (rim)	inkstass
Į į	/iː/	i (em v*i*da)	***į**lanka* (baía)	ilanka
Y y	/iː/	i (em v*i*da)	***y**la* (furador)	ila
J j	/j/	i (em cu*i*dado)	***j**is* (ele)	iiss
K k	/k/	c (em *c*asa)	***k**eturi* (quatro)	keturi
L l	/ɫ/	l (em mi*l*)	***l**iepa* (julho)	liepa
M m	/m/	m (em *m*orte)	***m**ėlyna* (azul)	melina
N n	/n̪/	n (em *n*ada)	***n**ulis* (zero)	nuliss
O o	/ɔ/ /oː/	o (em *ó*dio) o (em d*o*r)	***o**ranžinė* (cor de laranja)	oranjine
P p	/p/	p (em *p*ato)	***p**enki* (cinco)	penki
R r	/r/	r (em ca*r*o)	***r**ytas* (manhã)	ritass
S s	/s̪/	s (em *s*aia)	***s**eptyni* (sete)	septini
Š š	/ʃ/	x (em *x*á)	***š**eši* (seis)	xexi
T t	/t̪/	t (em *t*udo)	***t**rys* (três)	triss
U u	/ʊ/	o (em fad*o*)	***u**pė* (rio)	upe
Ų ų	/uː/	u (em *u*ma)	*sk**ų**stis* (reclamar)	skustiss
Ū ū	/uː/	u (em *u*ma)	***ū**dra* (lontra)	udra
V v	/v/	v (em *v*aca)	***v**ienas* (um)	vienass
Z z	/z̪/	z (em *z*ebra)	***z**ebras* (zebra)	zebrass
Ž ž	/ʒ/	j (em *j*eito)	***ž**iema* (inverno)	jiema

(1) Nos atos da União Europeia em língua lituana, tal como previsto nos Tratados, utiliza-se «euro» no nominativo singular (mas plural: *eurai*), mas em documentos não legislativos da UE, pode utilizar-se *euras*, a forma lituana do nominativo singular. Já na legislação nacional lituana, apenas se utiliza *euras* (nunca «euro»). Em resultado de compromisso alcançado entre a Lituânia e a UE, as restantes declinações podem ser usadas mesmo nos atos da UE em lituano. Ver tabela seguinte:

caso		**singular**	**plural**
nominativo	euro	euro/*euras*	*centai*
genitivo	do euro	*euro*	*eurų*
dativo	ao euro	*eurui*	*eurams*
acusativo	(objeto direto)	*eurą*	*eurus*
instrumental	com o euro	*euru*	*eurais*
locativo	no euro	*eure*	*euruose*

(2) Forma obrigatória nos atos da UE e a preferir nos demais textos da UE; cêntimo (variante nacional de uso corrente em Portugal e que pode ser utilizada noutro tipo de textos). Em lituano, contrariamente ao que se passa com o português, mesmo nos atos da UE, a subdivisão do euro pode ser escrita de acordo com as regras próprias da língua. Ver tabela seguinte:

caso		**singular**	**plural**
nominativo	cêntimo	*centas*	*centai*
genitivo	do cêntimo	*cento*	*centų*
dativo	ao cêntimo	*centui*	*centams*
acusativo	(objeto direto)	*centą*	*centus*
instrumental	com o cêntimo	*centu*	*centais*
locativo	no cêntimo	*cente*	*centuose*

(3) Literalmente, conselho de anciãos.
(4) Panevėžys — algo como «nas margens do rio Nevėžys».
(5) Tauragė — algo como «chifre de touro».
(6) Quando as letras Q, W e X são usadas em textos lituanos na citação de palavras ou expressões em línguas estrangeiras (latim ou outras), as palavras/expressões aparecem em itálico. Com os nomes próprios, como nomes de pessoas ou topónimos, a situação é mais complexa. Por exemplo, de acordo com a lei, no passaporte lituano de uma lituana casada com o sr. Weber, o nome do marido será escrito na forma adaptada Veber. Noutros documentos e textos oficiais, as regras nem sempre são tão estritas.
(7) Para mais informações sobre a língua lituana, consultar, por exemplo:

- Ambrazas, V. (ed.), *Lithuanian Grammar: Lietuvių kalbos gramatika*, Baltos Lankos, 2.ª. ed. rev., 2006, ISBN 978-9955230359;
- Ramonienė, M., Pribusauskaitė, J., *Practical Grammar of Lithuanian*, Baltos Lankos, 2008, ISBN 978-9955231493;
- Valstybinė lietuvių kalbos komisija [Comissão de Estado da Língua Lituana], http://www.vlkk.lt/.

Redação: Paulo Correia (Comissão); Valdemar Ferreira (PE); Manuel Leal (Conselho da UE); Victor Macedo (CESE-CR); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)
Grupo de apoio: Ana Luísa Faria (Conselho da UE); Hilário Leal Fontes (Comissão); Susana Gonçalves (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Joana Seixas (CESE-CR)
Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)
Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)
Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine

Centro de Informação Europeia Jacques Delors
DGAE/Ministério dos Negócios Estrangeiros

A coleção completa d'«a folha» está disponível no catálogo em linha da Biblioteca Jacques Delors
https://infoeuropa.eurocid.pt/pesquisar/wti=(a+folha)+AND+(wfmt=se+OR+wfmt=an)/catalogo=bibliografico

«a folha» ISSN 1830-7809

ISSN 1830-780-9
9 771830 780004